



Instituto Politécnico de Santarém

Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém

Relatório de Estágio

e

“Importância da Informação Contabilística e dos Indicadores Económico-Financeiros no Processo de Tomada de Decisão”

Relatório de Estágio apresentado para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Cátia Fernandes Monteiro Grilo

Orientador:

Professor Doutor Ilídio Tomás Lopes

Coorientadora:

Professora M.^a Goreti de Jesus Dâmaso

Março, 2014

AGRADECIMENTOS

É com satisfação que agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me auxiliaram na elaboração deste relatório de estágio.

Quero agradecer ao orientador Professor Doutor Ilídio Tomás Lopes e à coorientadora Professora Goreti Dâmaso por terem aceite orientar este trabalho bem como por todo o apoio, auxílio, orientação e disponibilidade dispensada.

Agradecer aos sócios e colaboradores da empresa Artigo Sexto – Serviços de Contabilidade, Lda. que me acolheram ao longo dos seis meses do estágio bem como por todo o esclarecimento de dúvidas que foram ocorrendo e estiveram sempre disponíveis para transmitir todo conhecimento possível.

Também quero agradecer aos meus familiares mais próximos, como os meus pais, irmão e ao meu namorado que sempre me apoiaram e me ajudaram na vida pessoal, académica e profissional.

Por fim, aos meus amigos por todo o apoio e força que me transmitiram nos momentos mais difíceis.

A todos, o meu obrigado.

RESUMO

A realização do estágio visa aplicar os conhecimentos contabilísticos e fiscais que foram abordados nas diferentes unidades curriculares à realidade concreta de uma empresa que presta serviços de contabilidade.

Este trabalho tem como objetivo, justamente, demonstrar a importância da informação contabilística e dos indicadores económico-financeiros para ilustrar a situação da empresa e contribuir para a tomada de decisão dos gestores. Para o efeito, foi aplicado um questionário aos 30 clientes do gabinete de contabilidade onde se realizou o estágio.

O estudo revela que os inquiridos reconhecem que a informação contabilística, considerando as demonstrações financeiras, bem como os indicadores económico-financeiros (indicadores de performance, rentabilidade, e endividamento), é uma fonte de informação importante no processo de tomada de decisões.

Palavras-chave: Informação Contabilística, Indicadores Económico-financeiros, Demonstrações Financeiras, Tomada de Decisões.

ABSTRACT

The training aims to apply the accounting and tax knowledge taught in the different curriculum subjects to the reality of an accounting firm.

This work aims to demonstrate the importance of accounting information and whether the economic and financial reporting influence, or not, the manager's decision process. Thus, we implemented an inquiry by questionnaire, sent to 30 customers, all of them using the accounting services provided by the trainee accounting office.

This study evidences that the respondents recognize the accounting information, considering the financial statements, as well as the economic and financial indicators (performance indicators, profitability, and liquidity), as an information important source in the decision making process.

Keywords: Accounting Information, Economic and Financial Indicators, Financial Statements, Decision-making.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

CAE – Classificação de Atividade Económica

CDTOC – Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares

CIVA – Código do Imposto do Valor Acrescentado

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DRA – Diretriz de Revisão/Auditoria

DRI – Declaração de Remunerações por Internet

EOTOC – Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

EVA – *Economic Value Added*

FSE – Fundo Social Europeu

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IES – Informação Empresarial Simplificada

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRC – Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares

ISA – *Internacional Standard on Auditing*

IVA – Imposto de Valor Acrescentado

MVA – *Market Value Added*

NCM – Normalização Contabilística para Microentidades

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

NCRF-PE – Norma Contabilística de Relato Financeiro de Pequenas Entidades

PEC – Pagamento Especial por Conta

PME – Pequenas e Médias Empresas

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

RAI – Resultados Antes de Impostos

RITI – Regime de IVA nas Transações Intracomunitárias

ROE – *Return on Equity*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SPSS – *Statistics Packages for Social Sciences*

TIRE – Taxa Interna de Rendibilidade Efetiva

TOC – Técnicos Oficiais de Contas

VAL – Valor Atual Líquido

VEC – Valor Económico Criado

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	iv
ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS	ix
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	ix
INTRODUÇÃO	1
PARTE I: Estágio Curricular	3
CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO E PROCESSOS DESENVOLVIDOS NO ESTÁGIO	4
1.1. Apresentação da Empresa	4
1.1.1. Caracterização da Empresa	4
1.1.2. Sócios e Quadro do Pessoal.....	6
1.1.3. Missão, Valores e Visão.....	8
1.1.4. Os Serviços.....	8
1.2. Organização da Documentação.....	10
1.3. Práticas de Controlo Interno.....	16
1.3.1. Verificação dos Meios Líquidos Financeiros.....	17
1.3.2. Análise das Contas a Receber e a Pagar.....	18
1.3.3. Verificação dos Investimentos	18
1.3.4. Verificação do Inventário e Ativos Biológicos	19
1.4. Contribuições e Impostos	19
1.4.1. Contribuições para a Segurança Social	20
1.4.2. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).....	20
1.4.3. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).....	24
1.4.4. Pagamento por Conta e Pagamento Especial por Conta (PEC).....	26
1.4.5. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	27
1.5. Processamento de Salários	29

1.6. Encerramento de Contas e Preparação das Demonstrações Financeiras e Outros	
Documentos.....	33
1.6.1. Análise e Conferência de Contas.....	34
1.6.2. Cálculo das Depreciações e Amortizações do Período	34
1.6.3. Perdas por Imparidade e Provisões	35
1.6.4. Aplicação do Regime do Acréscimo	36
1.6.5. Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC).....	37
1.6.6. Apuramento do Resultado.....	38
1.6.7. Elaboração das Demonstrações Financeiras.....	41
1.7. Informação Empresarial Simplificada (IES)	42
1.8. Relatórios de Gestão e Prestação de Contas.....	43
1.9. Dossier fiscal.....	44
1.10. Ética e Deontologia	45
1.11. Avaliação Crítica do Estágio.....	46
CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA E A PREPARAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA NA TOMADA DE DECISÃO.....	49
2.1. Enquadramento.....	49
2.2. Estrutura Conceptual	56
2.3. Documentos de Prestação de Contas.....	58
2.3.1. Balanço.....	59
2.3.2. Demonstração dos Resultados.....	59
2.3.3. Demonstração dos fluxos de Caixa	59
2.3.4. Demonstração das alterações no Capital Próprio	60
2.3.5. Anexo	60
2.3.6. Relatório de Gestão	60
CAPÍTULO 3 – A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS NA TOMADA DE DECISÃO.....	62
3.1. Enquadramento.....	62
3.2. Descrição dos Indicadores.....	68

3.2.1.	Rácios de Rendibilidade.....	69
3.2.2.	Rácios de Estrutura de Capital e de Cobertura.....	70
3.2.3.	Rácios de Endividamento.....	72
3.2.4.	Rácios de Liquidez ou de Situação Financeira.....	73
3.2.5.	Indicadores de Desempenho baseado na Criação de Valor.....	74
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....		77
4.1.	Objeto e Questões de Investigação.....	77
4.2.	Definição da Amostra e Recolha de Informação.....	77
4.3.	Estratégia de Pesquisa.....	79
4.4.	Caracterização da Amostra.....	82
4.5.	Tratamento dos Dados.....	84
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....		85
CONCLUSÃO.....		97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		100
APÊNDICE.....		107

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Apuramento do IRC Liquidado	28
Tabela 2 - Documentos do Dossier Fiscal	44
Tabela 3 - Estrutura e Questões do Questionário	80
Tabela 4 - Tabela de Frequências da Atividade Principal de Empresas.....	83
Tabela 5 - Ano de Constituição da Empresa	85
Tabela 6 - Grau de Importância da Informação retirada da Contabilidade Financeira	87
Tabela 7 - Grau de Importância das Demonstrações Financeiras na Tomada de Decisão ..	89
Tabela 8 - O Relatório de Gestão é um documento importante para a tomada de decisão. Na sua empresa, quem é que o elabora? (Questão 11)	90
Tabela 9 - Teste de associações entre duas variáveis	94

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Volume de Negócios dos Clientes (em Euros)	5
Gráfico 2 - Setor de Atividade dos Clientes	5
Gráfico 3 - Caracterização da Amostra por Idade	83
Gráfico 4 - Caraterização da Amostra por Habilitação Literárias	84
Gráfico 5 - A Empresa é do Tipo Familiar?	86
Gráfico 6 - Com que periodicidade a informação contabilística é analisada (Questão 10)....	88
Gráfico 7 - A decisão de solicitar novos financiamentos ou a entrada de capital considera-se as demonstrações financeiras? (Questão 16).....	90
Gráfico 8 - Tipologia dos Indicadores	92

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Organigrama da Artigo Sexto, Lda.	7
Ilustração 2 - Fases da Organização e Contabilização dos Documentos.....	10
Ilustração 3 - Movimento dos Documentos Contabilísticos.....	14
Ilustração 4 - Classificação do Documento	14
Ilustração 5 - Lançamento de IVA	14
Ilustração 6 - Saldo do Documento	15
Ilustração 7 - Esquema do Apuramento do IVA	22

Ilustração 8 - Apuramento do IVA	23
Ilustração 9 - Apuramento do IVA no Período.....	24
Ilustração 10 - Dados do Empregado	30
Ilustração 11 - Processamento dos Salários.....	30
Ilustração 12- Vencimentos	31
Ilustração 13 - Integração de Salários	32
Ilustração 14 - Operações Fim de Período	34
Ilustração 15 - Registo do CMVMC.....	38
Ilustração 16 - Apuramento do Resultado	38
Ilustração 17 - Apuramento de Resultados Líquidos	40
Ilustração 18 - Processamento do Apuramento de Resultados.....	40
Ilustração 19 - Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras.....	57

INTRODUÇÃO

O estágio surge conforme está estipulado no plano curricular do mestrado em contabilidade e finanças, com o objetivo de se obter uma familiarização com o mercado de trabalho, isto é, beneficiando os discentes em sentido de responsabilidade e contribuindo para a sua formação pessoal, social e profissional, pois com esse estágio consegue-se pôr em prática todo o conhecimento fornecido nas unidades curriculares.

O estágio vai incidir sobre os requisitos de acordo com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Assim, o relatório de estágio vai ser estruturado em duas partes, estando uma primeira parte prática relacionada com o estágio curricular, que vai incidir sobre a apresentação da empresa, descrição crítica das funções e processos que vão ser desenvolvidos no estágio.

Numa segunda parte, vai-se abordar a parte teórica sobre informação contabilística e a abordagem dos documentos de prestação de contas. Assim, irão ser aprofundados alguns conceitos de informação contabilística, através de uma abordagem às demonstrações financeiras para identificar o tipo de informação que cada uma transmite para auxiliar os gestores na sua tomada de decisão. Associada a esta pesquisa, determina-se alguns indicadores económico-financeiros de forma a complementar a informação obtida através das demonstrações e relatos financeiros.

De acordo com o foi dito, o trabalho tem como objetivo demonstrar a relevância que a informação contabilística e os indicadores económico-financeiros têm para ilustrar a situação empresarial e contribuir para a tomada de decisão dos gestores.

Este relatório está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se um conjunto de informações sobre a empresa onde decorreu o estágio. Também é neste capítulo que se descreve as atividades desenvolvidas ao longo do estágio, tendo por base em documentos da empresa, sendo que se pretende elaborar um enquadramento teórico e prático numa vertente contabilística e fiscal. O segundo capítulo tem a ver com a importância e a preparação da informação contabilística na tomada de decisão, sendo que para isso foi elaborada uma revisão da literatura com base em livros e artigos científicos. O terceiro capítulo vai ser a continuação da revisão da literatura baseada em livros e artigos científicos sobre o enquadramento teórico que revela a importância dos indicadores

económico-financeiros na tomada de decisão. O quarto capítulo debruça-se sobre a metodologia utilizada e divide-se em cinco subcapítulos, isto é, objeto e questões de investigação, definição da amostra e recolha de informação, estratégia de pesquisa, caracterização da amostra e o tratamento dos dados. Por fim, o último capítulo é relacionado com a análise e a interpretação dos dados dos questionários.

PARTE I: Estágio Curricular

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO E PROCESSOS DESENVOLVIDOS NO ESTÁGIO

1.1. Apresentação da Empresa

1.1.1. Caracterização da Empresa

O presente estágio curricular realizou-se na empresa “Artigo Sexto – Serviços de Contabilidade, Lda.”, sediada na Rua da Misericórdia, n.º 2, 3º Esq. Frt. 2610-307 Amadora e com escritório na Avenida Tomás Ribeiro, n.º 47, 3º B, 2790-463 Carnaxide, em Oeiras.

Esta empresa está registada na conservatória do registo comercial de Amadora com o número 13.251, cujo capital social é de 5.000,00€, segundo o estatuto de sociedade comercial por quotas e com o número de identificação de pessoa coletiva 506 064 069. A Artigo Sexto, Lda. tem como principal setor de atividade, áreas relacionadas com a contabilidade, auditoria e consultadoria fiscal¹.

A empresa iniciou a sua atividade no dia 19 de março de 2002, dirigida por Técnicos Oficiais de Contas (TOC) sendo especializada no apoio às organizações empresariais, empresários e associações. No entanto, a empresa apresenta uma larga experiência adquirida nas diversas atividades económicas e tem como objetivo prestar serviços nas áreas de contabilidade; gestão orçamental; gestão financeira; consultoria fiscal; gestão administrativa de pessoal e apoio à gestão. O seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, tendo 1h como período de almoço, perfazendo um total de 40 horas semanais.

Em 2012, o seu volume de negócios ascendeu a 37.378,00€. Esta empresa tem cerca de 30 clientes distribuídos na zona de Lisboa, sendo que a maior parte das empresas são micro-entidades, segundo os critérios de classificação publicados no Decreto-Lei n.º 373/2007, de 6 de novembro².

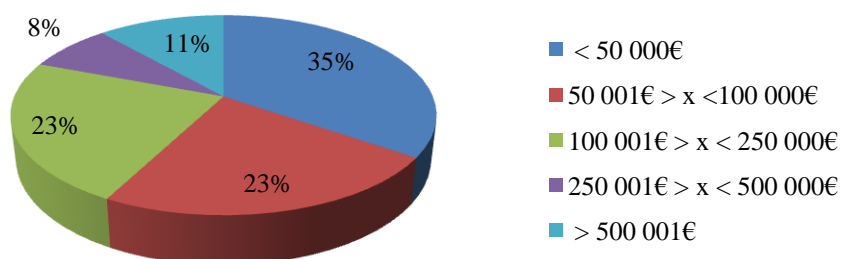
¹ Classificação de Atividade Económica (CAE) 69200

² Tendo em conta o artigo 2º deste Decreto-Lei, uma micro-entidade é definida como uma empresa que tem menos de 10 trabalhadores e o seu volume de negócios anual ou balanço total anual é inferior a 2 milhões de euros.

Apesar da crise que o país atravessa e da competitividade que este setor de atividade apresenta, a Artigo Sexto, Lda. tem vindo a aumentar o seu número de clientes nos últimos anos. Esse aumento deveu-se, ao facto dos sócios terem em consideração o respeito pela ética no desempenho da sua atividade, o profissionalismo, a simpatia e a humildade para com os seus clientes e colaboradores.

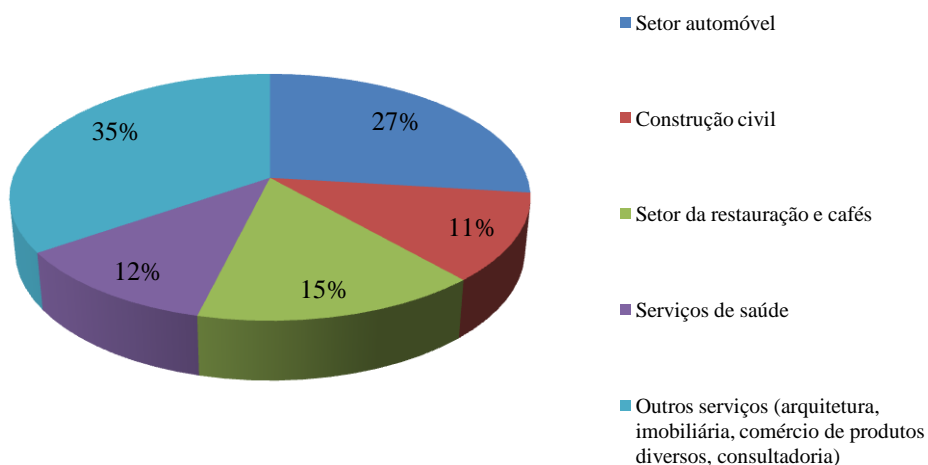
Assim, com a representação dos seguintes gráficos pretende-se proporcionar uma imagem da tipologia de clientes, de acordo com o volume de negócios e o setor de atividade em que se inserem.

Gráfico 1 - Volume de Negócios dos Clientes (em Euros)



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2 - Setor de Atividade dos Clientes



Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o gráfico 1 podemos constatar que os clientes são, na maioria, empresários em nome individual e micro-entidades.

Relativamente ao gráfico 2, os clientes abrangem diversas áreas de atividade, destacando-se o setor da restauração (que inclui os cafés e restaurantes) e o setor automóvel (que inclui a manutenção, reparação e comércio de peças), realçando os outros serviços, que apresentam 35% da carteira de clientes da empresa.

1.1.2. Sócios e Quadro do Pessoal

Os representantes da empresa Artigo Sexto, Lda. são o Dr. Rui Miguel Simões Pinto de Almeida e a Sra. Susana Maria Carvalho Emídio Martins, tendo ambos uma quota de 50%.

Assim, de forma resumida, é importante referir o percurso profissional dos sócios gerentes para uma melhor compreensão relativamente à qualidade do trabalho realizado.

O Dr. Rui Miguel Simões Pinto de Almeida concluiu o curso geral de Administração e Comércio, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e é Pós-Graduado em Gestão de Organizações de Economia Social, pela Escola Superior de Gestão de Santarém.

Exerceu o cargo de Escriturário nas empresas Pastelarias Savoy e Madalena e na empresa Enceradora, Lda. e, posteriormente exerceu funções como escriturário da Secretaria-Geral na empresa CUF e QUIMIGAL (relacionado com a produção e comercialização de fertilizantes), passando a chefe administrativo da mesma empresa.

Presentemente, este exerce as suas funções na Santa Casa de Misericórdia da Amadora, ocupando o cargo de Secretário-Geral, mas também exerce a atividade de TOC na Artigo Sexto, Lda., sendo responsável por diversas empresas.

A Sra. Susana Maria Carvalho Emídio Martins completou o 12º ano do curso de Técnico Profissional de Contabilidade e Gestão na Escola Secundária Ferreira Borges, sendo sócia gerente da Artigo Sexto há 11 anos. Antes de obter o cargo de sócia gerente também exerceu funções de escriturária de contabilidade em 3 empresas e também desempenhou (e ainda desempenha) funções na Santa Casa da Misericórdia da Amadora. Atualmente, nesta

organização, ocupa o lugar de responsável da Direção Financeira. Na empresa Artigo Sexto, Lda. exerce as funções de TOC e tem a seu cargo a gestão financeira e o funcionamento interno.

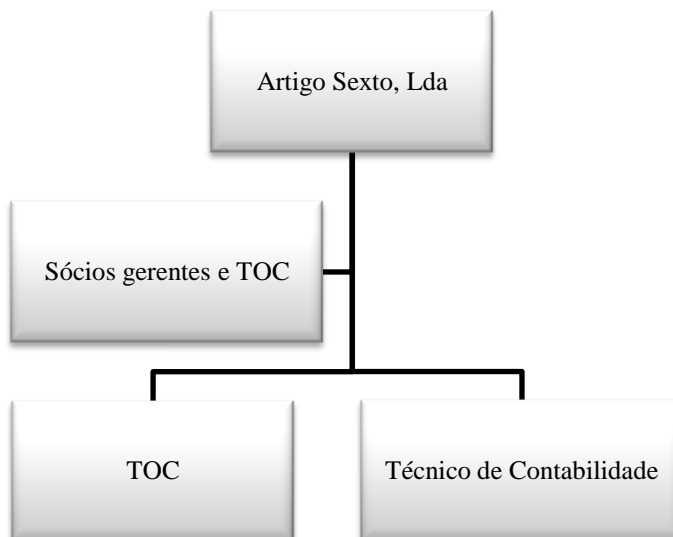
Para que a empresa consiga desenvolver a sua atividade normal, conta com quatro colaboradores, sendo dois sócios e dois colaboradores a tempo inteiro e conta ainda com estagiários sem vínculo com a empresa. Estes podem ser provenientes de várias instituições com as quais a empresa tenha protocolo para a realização de estágios, como por exemplo, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Atualmente, a estrutura da empresa é composta da seguinte forma:

- ✓ Dois sócios gerentes e TOC;
- ✓ Um TOC;
- ✓ Um técnico de contabilidade.

Assim, a sua distribuição hierárquica é o que se pode observar na ilustração seguinte:

Ilustração 1 - Organigrama da Artigo Sexto, Lda.



Fonte: Elaboração própria

1.1.3. Missão, Valores e Visão

Os princípios éticos e morais da Artigo Sexto, Lda. têm por base a honestidade, o empenho, a dedicação bem como o espírito de equipa entre os colaboradores que nela trabalham.

A empresa aposta na formação contínua, de forma a estar atenta a todas as alterações que vão ocorrendo no mercado ao longo do tempo. Contudo, esta empresa tem como objetivo continuar a oferecer um conjunto de serviços com a máxima qualidade, bem como desenvolver o trabalho de suporte à gestão dos seus clientes, de modo a criar valor acrescentado e manter uma relação de proximidade, confiança e colaboração com os mesmos, a garantir um crescimento consolidado da empresa e o cumprimento dos objetivos propostos.

A missão da Artigo Sexto, Lda. reside, assim, no crescimento e evolução dos clientes através da valorização dos recursos que afetam o negócio e na otimização dos processos através da estimulação da capacidade dos colaboradores.

1.1.4. Os Serviços

Desde a sua constituição, a empresa tem acolhido vários projetos e desenvolvido metodologias adaptadas às suas estruturas. O trabalho é personalizado para cada organização, tendo em consideração todas as suas necessidades e características específicas. Os serviços disponibilizados são os de contabilidade organizada, contabilidade não organizada e apoio à gestão.

A Artigo Sexto, Lda. presta serviços principalmente na área da contabilidade organizada, sendo estes adaptados às necessidades e especificidades das empresas, tais como:

- Contabilidade organizada simples – destina-se a empresas que necessitam de um serviço exigente com capacidade de resposta a diversos clientes de informação financeira.
- Contabilidade organizada analítica – destina-se a empresas de produção ou prestadora de serviços com diferentes centros de responsabilidade obras ou

respostas sociais, onde existe a necessidade de apurar os resultados para esses centros de custo.

- Contabilidade com apoio à gestão – esta situação destina-se a empresas que precisam de obter uma avaliação e um controlo de resultados num dado período, sendo que essas informações contabilísticas ajudam na tomada de decisão dos administradores.
- Contabilidade organizada nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) – destina-se a instituições nas quais é necessário ter em atenção as especificidades em termos contabilísticos e em termos fiscais.
- Contabilidade organizada com revisão legal – destina-se a organizações que estejam obrigadas a Certificação Legal de Contas.

Relativamente à contabilidade não organizada, a Artigo Sexto, Lda. presta os seus serviços a empresários em nome individual, que tenham obrigações pontuais e necessidades de um aconselhamento fiscal.

Por fim, a Artigo Sexto, Lda. também presta serviços de apoio à gestão, tais como:

- Gestão de pessoal - destina-se a empresas que necessitam de ter em atenção o processamento e pagamento de vencimentos do pessoal bem como o cumprimento das obrigações contabilísticas e fiscais das entidades contratantes.
- Gestão e planeamento fiscal – refere-se ao planeamento, acompanhamento e estimativa de imposto (serviço de contabilidade organizada); enquadramento e acompanhamento fiscal (informação aos clientes sobre os avisos permanentes das alterações fiscais e adaptação das demonstrações financeiras, bem como os procedimentos administrativos e apresentação de gastos); contencioso fiscal (a Artigo Sexto, Lda. disponibiliza um técnico especializado para realizar serviços que estejam relacionados com processos de defesa, reclamações e impugnações judiciais).
- Gestão de projetos – a Artigo Sexto, Lda. efetua uma análise após a aceitação de candidaturas e faz um acompanhamento contabilístico pelo Fundo Social Europeu (FSE) e pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

1.2. Organização da Documentação

Na opinião de Lousã *et al.* (1999), um documento tem como finalidade ser um conjunto de informações que após o seu tratamento e depois de arquivado serve para ser utilizado posteriormente para análise ou consulta de informação ou como forma de demonstrar que os acontecimentos contabilísticos são registados por uma determinada empresa no período económico.

Conforme o tratamento que é realizado por parte da contabilidade, consegue-se distinguir um documento contabilístico de um não contabilístico (Lopes, 1981). Um documento contabilístico é classificado tendo por base as normas contabilísticas e de relato financeiro e os princípios subjacentes definidos na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) de modo a que seja adequado às necessidades da contabilidade. Um documento não contabilístico não é classificado, podendo no entanto ser importante em termos da informação fornecida.

Com os processos desenvolvidos no estágio, torna-se importante explicar a forma como se organiza e contabiliza a documentação desde a receção até ao momento do arquivo. A Ilustração 2 evidencia as fases da organização da documentação utilizada na Artigo Sexto, Lda.

Ilustração 2 - Fases da Organização e Contabilização dos Documentos



Fonte: Elaboração própria

Os clientes da Artigo Sexto, Lda., no início de cada mês, entregam a sua documentação, diretamente no gabinete ou o sócio gerente disponibiliza-se para recolher a documentação contabilística referente ao período económico. Depois dessa receção, procede-se à separação da documentação, isto é, separam-se as faturas, dos recibos, das notas de débitos, das notas de crédito e dos documentos de banco.

Após efetuar a separação, existe uma fase de ordenação e classificação, ou seja, é nesta fase que os documentos contabilísticos são organizados pelos meses a que dizem respeito e por diários. Os diários existentes são os seguintes:

- Diário 1 – Outros bens e serviços (despesas) - neste diário vão constar as despesas correntes do estabelecimento como a água, eletricidade, comunicação, combustível, seguros, rendas, segurança, ferramentas, material de escritório, entre outros.
- Diário 2 – Clientes (vendas) – esta situação vai integrar as transações nacionais e intracomunitárias (vendas e/ou prestações de serviços), ou seja, são faturas emitidas pela organização.
- Diário 3 – Fornecedores (compras) – é neste diário que se encontram as compras de mercadorias para a organização, bem como as notas de crédito ou de débito referentes às mesmas.
- Diário 4 – Investimentos – este diário integra as transações que se dizem respeito aos investimentos financeiros, propriedades de investimento, ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, investimentos em curso e ativos não correntes detidos para venda.
- Diário 5 – *Leasing* (locação financeira) – neste diário contabiliza-se o *leasing* que de acordo com Borges *et al.* (2010), é uma operação de financiamento em que uma das partes cede a outra o direito da utilização de um dado bem, num determinado período de tempo e com o pagamento de rendas periódicas.
- Diário 7 – Impostos – neste diário devem constar todos os movimentos que digam respeito aos impostos, ou seja, as contribuições para a segurança social, o pagamento do Imposto de Valor Acrescentado (IVA), retenções do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) / Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto Selo, entre outros.

- Diário 8 – Banco – este é composto por toda a documentação que esteja relacionada com operações bancárias, por exemplo: as comissões e imposto selo financeiras e as requisições de cheques.
- Diário 10 – Operações Diversas – este tipo de diário vai ser constituído por outros documentos, tais como: as depreciações do período, regularizações de inventários, entre outros.
- Diário 13 – Salários – são todos os documentos que se relacionam com o processamento de salários e os respetivos pagamentos.
- Diário 51 – Pagamentos – este diário está relacionado com os recibos de pagamento que a organização efetua para os seus fornecedores.
- Diário 52 – Recebimentos – Neste diário encontram-se todos os recibos relativo aos recebimentos de clientes.

De acordo com o artigo 123º, n.º 4 do Código do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (CIRC) e tendo por base a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro respeitante à reforma do CIRC, as empresas têm que guardar na sede toda a documentação, ou seja, os livros, os registos contabilísticos e os documentos de suporte durante doze anos.

Na fase seguinte, os documentos são classificados manualmente, isto é, o documento vai ser carimbado com um carimbo próprio da contabilidade, procedendo-se posteriormente à sua classificação, tendo em conta as normas e os princípios contabilísticos do SNC. Também se deve ter em consideração se todos os documentos estão de acordo com o artigo 36º do Código do Imposto do Valor Acrescentado (CIVA), ou seja, se estes contêm o nome e número de identificação fiscal obrigatório do fornecedor e cliente, quantidade e denominação dos bens transacionados e/ou dos serviços prestados e o respetivo preço.

Assim, a classificação tem por base no método das partidas dobradas, pois todo o débito de uma conta origina o crédito noutra e vice-versa, sendo que o valor de cada débito tem que corresponder a um (ou vários) crédito(s) de igual valor. Com este método consegue-se observar se existem erros na classificação, uma vez que o saldo do devedor tem que ser igual ao saldo credor (Borges *et al.*, 2010). Caso existam erros, o contabilista tem a obrigação de os corrigir. No entanto, o programa utilizado pela Artigo Sexto, Lda. segue o mesmo sistema, no sentido em que possibilita a verificação da classificação manual dos

documentos, pois caso existam erros, o programa avisa quando o saldo em débito é diferente do saldo em crédito.

Os documentos são introduzidos num programa de contabilidade que deve estar certificado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), conforme mencionado no artigo 123º, n.º 8 do CIRC. Desta forma, a Artigo Sexto, Lda. utiliza o programa de contabilidade denominado por CentralGest, que se adapta a qualquer tipo de atividade de empresa e tem toda a informação contabilística essencial para o desenvolvimento da empresa, onde essa é tratada segundo com o código de contas, as normas e os critérios do SNC. Por outro lado, o CentralGest dispõe de ferramentas que auxiliam os contabilistas na introdução de documentos, tratamento e apuramento do IVA, sendo que também inclui os mapas legais e fiscais como a declaração Modelo 22, a declaração anual, os anexos, as demonstrações económico-financeiras periódicas e de final de período.

De seguida, o procedimento do lançamento dos documentos realiza-se da seguinte maneira:

Quando se executa o programa CentralGest seleciona-se a opção “Recolher novos lançamentos” e é aberta uma nova janela, onde se preenche de acordo com os dados do respetivo documento (Ilustração 3):

- Deve-se indicar o período que, neste caso, será 2013011 e significa que o período a que o documento diz respeito é de janeiro de 2013;
- Insere-se o número do respetivo diário, sendo que será o de Compras (3);
- O n.º de documento interno, neste exemplo, é o 12. Este número é imposto ao documento e deve seguir uma sequência;
- Em relação às datas, nomeadamente, a data do documento, do vencimento e a do documento externo, estas serão as datas de quando é realizado o lançamento. Nesta situação vai ser o dia 31 de janeiro de 2013;
- O documento interno será considerado a data de emissão da fatura;
- A descrição do lançamento será o nome do fornecedor seguido pelo número da fatura.

Ilustração 3 - Movimento dos Documentos Contabilísticos

Fonte: Programa CentralGest

Depois de preencher devidamente o cabeçalho procede-se ao lançamento do documento, ou seja, tendo em conta a classificação contabilística elaborada manualmente, introduz-se no programa de acordo com a Ilustração 4. É importante referir que quando se insere a conta 311113 - *Compras Nacionais à taxa de IVA Normal*, aparece automaticamente uma nova janela (Ilustração 5), onde se coloca a base de incidência, sendo o IVA calculado automaticamente. Se estiver correto procede-se à gravação do registo da transação.

Ilustração 4 - Classificação do Documento

Conta		Valor	Descrição	Nº Contribuinte	Nº Doc. Externo	Descritivo	Valor Moeda Estrangeira
	122	44,59	CHIQUITACAR, LDA - 100242	505166950	08/01	311	44,59
	3111113	36,25	CHIQUITACAR, LDA - 100242	505166950	08/01	311	36,25
	2432113	8,34	CHIQUITACAR, LDA - 100242	505166950	08/01	311	8,34
		0,00	CHIQUITACAR, LDA - 100242	505166950	08/01	311	0,00

Fonte: Programa CentralGest

Ilustração 5 - Lançamento de IVA

Fonte: Programa CentralGest

De seguida, deve-se verificar se os débitos estão iguais ao crédito, conforme se encontra demonstrado na Ilustração 6. Este programa permite que depois de efetuar o lançamento se verifique se está equilibrado. Caso não esteja, o CentralGest não autoriza que se continuem a efetuar lançamentos.

Ilustração 6 - Saldo do Documento

	Débito	Crédito	Saldo
Documento Moeda Corrente	44,59	44,59	0,00
Documento Segunda Moeda	0,00	0,00	0,00

Fonte: Programa CentralGest

Por fim, depois de guardar o lançamento, deve-se colocar no respetivo documento o código que vai ser: 01.03.012, ou seja, 01 corresponde ao mês de janeiro; 03 ao número do diário de compras; 012 ao número do documento externo. Depois de realizar este procedimento, o documento vai para o arquivo e passa-se para os seguintes documentos, repetindo-se o processo.

Após concluir este processo também é importante verificar e controlar os valores de cada diário e, aferir os acumulados do respetivo mês de forma a observar se tudo está dentro da conformidade. Caso a situação esteja correta vai-se apurar o IVA e informam-se os clientes se estão numa situação de IVA a pagar ou IVA a recuperar. No fim, toda a informação vai ser arquivada nas pastas por ordem crescente, onde irão constar os documentos de cada mês ou trimestre. As pastas estão divididas por diários. Os documentos do apuramento do IVA, da segurança social, das retenções e os balancetes serão colocados numa outra pasta.

A Artigo Sexto, Lda., ao organizar, classificar e lançar os documentos através deste método faz com que, no futuro, a consulta dos documentos seja mais fácil bem como a obtenção de informação dos documentos se torne mais simples caso sejam necessários à contabilidade e aos utilizadores. Assim, põem-se em prática os procedimentos de controlo interno e conseguem-se resolver eventuais situações que possam ocorrer a nível contabilístico, financeiros ou jurídicos.

1.3. Práticas de Controlo Interno

Segundo a *Internacional Standard on Auditing* (ISA) 215, citado por Costa (2010), o controlo interno é um processo implementado pela gestão e que é executado pela gerência e por todos os colaboradores, com a finalidade de proporcionar uma segurança razoável a uma empresa de forma a atingir os seus objetivos em três situações fundamentais: a eficácia e eficiência das operações; a fiabilidade do relato financeiro e a conformidade com leis e regulamentos.

Assim, de acordo com Costa (2010), ao atingir os objetivos referidos anteriormente consegue-se assegurar, quando possível as seguintes situações:

- A conduta do seu negócio;
- A adesão às políticas estabelecidas pelos gestores;
- A salvaguarda de ativos;
- A precisão e plenitude dos registos contabilísticos;
- A preparação tempestiva de informação financeira credível;
- Identificar o tipo de erros que podem acontecer e que possam afetar com maior relevância as asserções inerentes às contas significativas (são contas com relevância e que afetam as demonstrações financeiras da empresa).

No que diz respeito às asserções, deve-se ter por base a Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 510 que tem a ver com “Prova de Revisão/Auditoria”, onde no §11 se refere que “as asserções subjacentes às demonstrações financeiras são as informações transmitidas pelos gestores, de maneira explícita ou não, incorporadas nas demonstrações financeiras e correspondem:

- a) Existência – um ativo ou um passivo existe numa determinada data;
- b) Direitos e obrigações – um ativo ou um passivo respeita à entidade numa determinada data;
- c) Ocorrência – uma transação ou um acontecimento realizou-se com a entidade e teve lugar no período;
- d) Integralidade – não há ativos, passivos, transações ou acontecimentos por registar, ou elementos por divulgar;

- e) Valorização – um ativo ou um passivo é registado e mantido por uma quantia apropriada;
- f) Mensuração – uma transacção ou um acontecimento é registado pela devida quantia e o crédito ou gasto é imputado ao período devido; e
- g) Apresentação e divulgação – um elemento é divulgado, classificado e descrito de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável.”

1.3.1. Verificação dos Meios Líquidos Financeiros

Tendo por base o plano de contas do SNC, a verificação dos meios líquidos financeiros (classe 1) é composto pela caixa, depósitos à ordem, outros depósitos bancários e outros instrumentos financeiros. Assim, o gabinete de contabilidade dá mais importância à caixa e aos depósitos à ordem e serão esses pontos que irão ser aqui abordados.

No que diz respeito à conta de caixa, as empresas devem ter em consideração um fundo fixo, visto que se trata de um montante fixo e suficiente para satisfazer as necessidades de caixa. É importante que se evitem valores demasiado elevados, pois a caixa tem o objetivo de efetuar pagamentos com valores reduzidos e, assim, consegue-se obter uma boa gestão na caixa.

No âmbito dos depósitos à ordem, um dos procedimentos é a reconciliação bancária que tem como objetivo a comparação entre os extratos bancários e os registos contabilísticos da empresa, sendo que a sua finalidade é analisar se existe alguma diferença entre os saldos para que se consiga chegar a um saldo equivalente entre os extratos (Borges & Ferrão, 1995).

A reconciliação bancária é um método aplicado mensalmente e que tem o objetivo a conferência dos saldos dos extratos das contas à ordem (conta 12), bem como situações de investimentos a curto prazo, como os depósitos a prazo ou instrumentos financeiros detidos para negociação. Numa situação em que subsistam diferenças no saldo isso quer dizer que existe alguma documentação em falta para ser registada por parte do banco ou da empresa.

De acordo com Borges & Ferrão (1995), nos casos em que as situações são registadas pelo banco e não pela empresa, deve-se verificar que tipo de documento se trata para que se comunique aos sócios das empresas a sua falta e, que quando for oportuno, se realize o

registo na contabilidade. No entanto, alguns exemplos de situações em que são registadas pelo banco e não pela contabilidade podem ser os cheques devolvidos ou documentos emitidos pela empresa, mas não entregues à contabilidade. Normalmente, quando existem valores que ainda não foram registados na contabilidade emite-se um documento de controlo interno e anexa-se a fotocópia do extrato bancário. Este documento irá ser arquivado na respetiva pasta do mês que se efetua em conjunto com os outros documentos.

Em relação aos valores em que não estão registados no banco, estes vão ficar pendentes na reconciliação bancária para, depois, quando se iniciar a reconciliação bancária do mês seguinte, verificar se estes valores constam no extrato bancário.

1.3.2. Análise das Contas a Receber e a Pagar

Esta situação serve para conferir os saldos de clientes e fornecedores em períodos pré estabelecidos, sendo estes realizados uma vez no mês de junho e outra no final do período económico (31 de dezembro). Solicita-se os extratos de conta aos clientes e fornecedores, para que na contabilidade se faça a comparação e confirmação dos saldos. Caso existam diferenças entre saldos ou movimentos, o contabilista deve identificar e corrigir eventuais erros.

1.3.3. Verificação dos Investimentos

Os investimentos devem-se ser verificados tendo em conta o artigo 51º do CIVA, ou seja, os ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis e propriedades de investimento devem ser objeto de controlo e para cada bem deve-se efetuar uma ficha informática com as seguintes características:

- Número de código e descrição do bem;
- Data de aquisição, nome do fornecedor e respetiva fatura;
- Data da entrada em funcionamento;
- Vida útil do bem, data do início de funcionamento e taxa da depreciação;
- Custo de aquisição do bem;
- Valor do IVA suportado;

- Classificação contabilística;
- Depreciações anuais e acumuladas;
- Eventuais reavaliações efetuadas;
- Registo das reparações realizadas;
- Seguro do bem;
- Contratos de assistência;
- Controlo do património.

De acordo com o artigo 4º, n.º 1 do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, o método utilizado para o cálculo das depreciações e amortizações é o “Método da Linha Reta”. Este método prevê que o desgaste do bem é diretamente proporcional à vida útil e o valor das quotas a depreciar mantem-se constante.

Ao contabilizar as depreciações e amortizações é utilizado o método indireto, ou seja, as depreciações anuais são registadas na conta de depreciações acumuladas.

1.3.4. Verificação do Inventário e Ativos Biológicos

Em relação ao inventário, a verificação consiste em analisar se os valores que se registam na contabilidade coincidem com os que existem na realidade.

No que diz respeito aos inventários, os procedimentos de controlo interno têm a finalidade de validar as quantidades e os valores que existem nos armazéns, bem como verificar as diferenças nos preços de aquisição e de mercado, sendo que se podem considerar as eventuais perdas para posterior registo das imparidades.

Em relação aos ativos biológicos não houve qualquer registo, sendo que assim não faz sentido a sua verificação.

1.4. Contribuições e Impostos

Tendo em conta que a Contabilidade e Fiscalidade são interdependentes torna-se fundamental considerar quer as obrigações contabilísticas quer as obrigações legais e fiscais.

Assim, neste ponto o objetivo será proceder à análise dos impostos com os quais se têm maior contato durante o estágio curricular.

1.4.1. Contribuições para a Segurança Social

Quando uma empresa é constituída, esta é obrigada à inscrição na segurança social bem como à inscrição dos trabalhadores que iniciem a atividade ao serviço da respetiva empresa. Nas situações em que os trabalhadores deixam de estar ao serviço da empresa também se deve dar o conhecimento da cessação da atividade desses trabalhadores.

Tendo por base o *website* da segurança social, as entidades empregadoras são responsáveis pelo pagamento das contribuições e das quotizações dos seus trabalhadores. Sendo que, as quotizações dos trabalhadores estão relacionadas com o montante que a entidade empregadora desconta na remuneração tendo por base a taxa contributiva que é aplicada.

Assim, as empresas até ao dia 20 do mês seguinte devem pagar o valor das contribuições retidas sobre as remunerações à segurança social.

É de salientar que, de acordo com o Orçamento de Estado para 2013, o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social sofreu alterações no artigo 69º, ou seja, as empresas devem basear-se nas taxas aplicadas para o cálculo dos encargos com a Segurança Social, sendo que para a maioria dos trabalhadores e para os membros dos órgãos estatutários que exerçam funções de gerência ou de administração, as taxas são:

- Entidade empregadora – 23,75%
 - Trabalhador – 11%
- } Total = 34,75%

1.4.2. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Este imposto enquadra-se nos impostos indiretos e incide sobre o consumo de bens e serviços. As empresas têm o dever de o entregar ao estado, mas é consumidor final quem suporta o imposto. Tendo em conta o artigo 1º do CIVA também é um imposto plurifásico, pois tributa o consumo ao longo das fases do circuito económico.

Conforme mencionado o artigo 1º do CIVA, as transmissões de bens e prestações de serviços, as importações e as aquisições intracomunitárias efetuadas em território nacional estão sujeitas ao IVA. Em relação às transações efetuadas com países da Comunidade Europeia, estas devem ser baseadas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI). Em ambos os códigos, existem casos de isenções e deve-se ter em consideração do artigo 9º ao 15º do CIVA e nos artigos 14º até ao 16º do RITI.

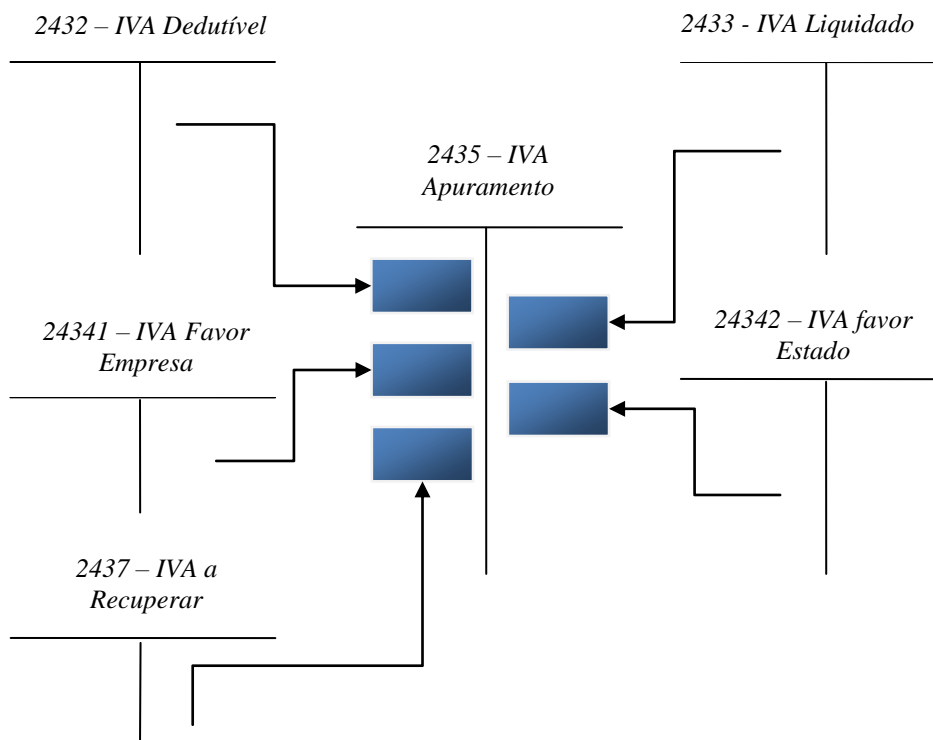
Relativamente à entrega da declaração periódica, esta deve ser entregue sob forma eletrónica e segundo o artigo 41º do CIVA, os prazos podem ser:

- Mensal – se uma empresa obtiver um volume de negócios igual ou superior a 650.000€ no ano anterior e deve ser entregue até ao dia 10 do 2º mês seguinte àquele que respeitam as operações;
- Trimestral – numa situação em que uma empresa tenha um volume de negócios inferior a 650.000€ no ano anterior, a entrega deve ser feita até ao dia 15 do 2º mês seguinte àquele que respeitam as operações.

Quando os lançamentos de toda a documentação contabilística forem efetuados, o procedimento seguinte será o apuramento do IVA, onde é realizado informaticamente no final do período do imposto (mensal ou trimestral), através da conta 2435 – *IVA Apuramento*, onde recolhe a débito o imposto favorável à empresa e a crédito o imposto favorável ao estado.

Para uma melhor compreensão pode-se analisar na Ilustração 7 um esquema sobre o apuramento do IVA.

Ilustração 7 - Esquema do Apuramento do IVA



- **Transferência do saldo credor apurado**

2436 - IVA a pagar	
	X

2435 - IVA Apuramento	
X	

- **Transferência do saldo devedor apurado**

2435 - IVA Apuramento	
	X

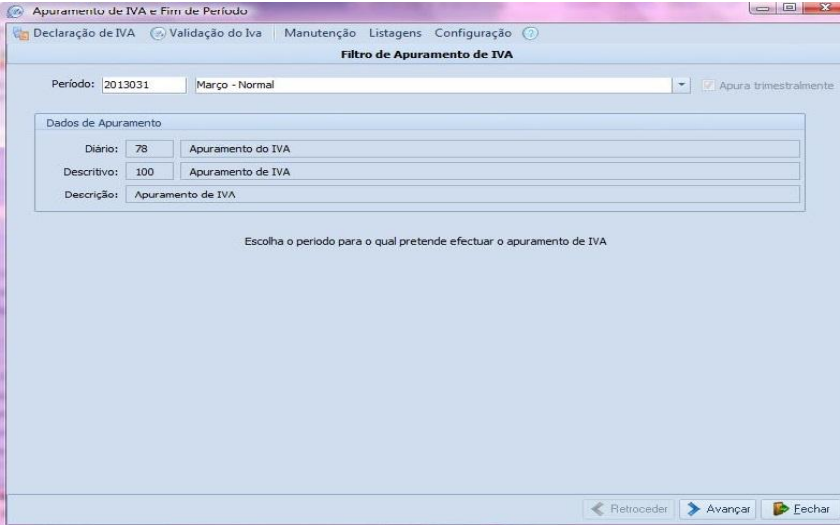
2437 - IVA a Recuperar	
X	

Fonte: Adaptado de Borges *et al.* (2010:477)

Como exemplo, descreve-se o procedimento informático para o apuramento do IVA, em relação às transações comerciais realizadas no primeiro trimestre de 2013.

Em primeiro lugar, ao abrir o programa seleciona-se a opção “Apuramento do IVA”, sendo que depois abrirá uma nova janela (Ilustração 8) onde se terá que seleccionar o período a que se refere o trimestre (neste caso será 2013031 – março), assim, procedendo ao lançamento no programa, ou seja, este lançamento será realizado no mês de março, visto que é o último mês do trimestre, indica-se o diário, o descritivo e descrição.

Ilustração 8 - Apuramento do IVA



Fonte: Programa CentralGest

Seguidamente, e depois de confirmar o período, o programa calcula o apuramento fazendo com que as contas 2432 – *IVA Dedutível*, a 2433 – *IVA Liquidado* e 2434 – *IVA – Regularizações*, em contrapartida da conta 2435 – *IVA Apuramento*. O saldo da conta 2435 – *IVA Apuramento* determina se a empresa vai ter IVA a pagar ou IVA a recuperar (Ilustração 9).

Ilustração 9 - Apuramento do IVA no Período

Apuramento de Iva no Período	
Montante de IVA Dedutível:	13.756,56 EUR
Montante de IVA Liquidado:	15.737,90 EUR
Montante Apurado:	-1.977,63 EUR
Beneficiário	
<input type="radio"/> A favor da Empresa	
<input checked="" type="radio"/> A favor do Estado	
Regularizações	
Mensais/trimestrais a favor da Empresa:	561,73 EUR
Mensais/trimestrais a favor do Estado:	558,02 EUR
Anuais por cálculo do pro rata definitivo:	0,00 EUR
Anuais por variações dos pro rata definitivos:	0,00 EUR
A favor da Empresa Comunicadas pelo SIVA:	0,00 EUR
Outras regularizações anuais:	0,00 EUR

Destino do Apuramento e Saldos Anteriores	
Apuramento anterior:	0,00 EUR
IVA a Pagar:	-9.445,02 EUR
IVA a Recuperar:	0,00 EUR
IVA a Reembolsar:	0,00 EUR

Destino dos Valores Apurados	
IVA a Pagar:	1.977,63 EUR
IVA a Recuperar:	0,00 EUR
IVA a Reembolsar:	0,00 EUR

Fonte: Programa CentralGest

Por fim, o CentralGest também permite que se imprima a declaração periódica do IVA, selecionando a opção “Declaração do IVA”, coloca-se o período (2013031) e a declaração é automaticamente preenchida. Isso só acontece se todas as contas de IVA estiverem pré-definidas nas fichas técnicas de acordo com a célula correspondente na declaração periódica do IVA.

Numa situação em que exista IVA a pagar, vai ser emitido uma guia de pagamento que o sujeito passivo vai utilizar para realizar o pagamento. Por outro lado, se o IVA for a recuperar é admissível efetuar um pedido de reembolso, mas terá que cumprir os critérios que constam no artigo 22º, n.º 1 do CIVA ou então o valor poderá ser reportado para períodos seguintes (artigo 22º, n.º 4 do CIVA).

1.4.3. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

Conforme estipulado no artigo 1º do Código do Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (CIRS), existem seis categorias de rendimentos tributáveis em sede de IRS que são: rendimentos do trabalho dependente (categoria A), rendimentos empresariais e profissionais (categoria B), rendimentos de capitais (categoria E), rendimentos prediais (categoria F), incrementos patrimoniais (categoria G) e pensões (categoria H).

Em relação aos rendimentos da categoria de trabalhadores dependentes são consideradas todas as remunerações pagas ou colocadas à disposição dos titulados de todo o trabalho prestado por conta de outrem, sendo que as entidades empregadoras têm a obrigação de reter o imposto. Também existe a obrigação de as empresas solicitarem aos seus colaboradores, desde o início das suas funções até ser realizado o primeiro pagamento de ordenado, os dados relativos à sua situação pessoal e familiar, sendo que este deve prestar todas as informações e alterações importantes que ocorrem posteriormente, conforme está determinado no artigo 98º, n.º 1 e artigo 99º, n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do CIRS e o artigo 71º, n.º 4 do CIRS (trabalhadores não residentes).

Na situação do procedimento da entrega dos montantes retidos dos rendimentos do trabalho dependente ou independente ou de outros casos (prediais e de capitais) o prazo estipulado é até ao dia 20 do mês seguinte que foram retidos.

Torna-se importante mencionar que a declaração Modelo 10 deve ser entregue até ao final do mês de fevereiro e, tem como objetivo ser apresentada pelas entidades devedoras de rendimentos a titulares com residência em território nacional. Assim, esta declaração baseia-se nos dados do ano anterior, sendo uma fonte de valores pré-preenchidos às declarações de IRS. Segundo o artigo 119º do CIRS, as empresas devedoras do trabalho dependente ou independente, de pensões, de capitais, de prediais e incrementos patrimoniais que possuem ou devam possuir contabilidade organizada também estão obrigadas a entregar a declaração de rendimentos e retenções.

Em relação ao artigo 60º do CIRS, este artigo diz respeito ao prazo de entrega da declaração de IRS (Modelo 3), que deverá ser entregue anualmente em suporte papel ou através de transmissão eletrónica. No caso dos sujeitos passivos, a entregarem em suporte papel, o prazo será durante o mês de março para os rendimentos da categoria A e H ou durante o mês de abril para os restantes casos. Por transmissão eletrónica, os sujeitos passivos podem entregar a declaração durante o mês de abril para os rendimentos da categoria A e H ou, durante o mês de maio para as restantes categorias.

Num caso em que o sujeito passivo deva pagar IRS, o imposto pode ser pago numa tesouraria de finanças ou num outro local mencionado na lei através de transferência bancária, por cheque ou outro meio em que esteja autorizado por lei (artigo 105º e 106º, do IRS).

1.4.4. Pagamento por Conta e Pagamento Especial por Conta (PEC)

As empresas que executem, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola e as não residentes com estabelecimento estável em território nacional são obrigadas ao pagamento por conta, cujo pagamento trata-se de uma antecipação do IRC. Assim, numa determinada empresa, quando o volume de negócios seja igual ou inferior a 500.000,00€, o pagamento por conta vai corresponder a 80% do montante do IRC no ano anterior (artigo 105º, n.º 2 do CIRC). Por outro lado, o pagamento por conta pode corresponder a 95% do montante do IRC no ano anterior, no caso de uma empresa que obtenha um volume de negócios superior a 500.000,00€ (artigo 105º, n.º 3 do CIRC).

Em relação aos pagamentos, em ambas as situações, estes são divididos em três pagamentos iguais e arredondados para euros. De acordo com o artigo 104º, n.º 1, alínea a) do CIRC, este deve ser realizado nos meses de julho, setembro e dezembro do ano respeitante ao lucro tributável.

Também se pode dar o caso em que o sujeito passivo possa ter direito ao reembolso. Assim, segundo as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 104º isto acontece quando: “o valor apurado na declaração, líquido das deduções a que se referem os n.ºs 2 e 4 do artigo 90º, for negativo, pela importância resultante da soma do correspondente valor absoluto com o montante dos pagamentos por conta” ou quando “o valor apurado na declaração, líquido das deduções a que se referem nos n.ºs 2 e 4 do artigo 90º, não sendo negativo ao valor dos pagamentos por conta, pela respectiva diferença”.

De acordo com o artigo 106º, n.º 1 do CIRC, os sujeitos passivos mencionados no artigo 104º, ficam também sujeitos a um Pagamento Especial por Conta (PEC). Os pagamentos são efetuados durante o mês de março ou, como alternativa têm a hipótese de serem liquidadas em duas prestações, em março e em outubro.

No PEC, o método de pagamento é fracionado, parcial e antecipado do imposto ao estado e o artigo 90º, n.º 2, alínea d) do CIRC indica que o valor final do IRC a pagar pode ser dedutível no final do ano.

Tendo em conta o artigo anterior, deve-se proceder ao cálculo do PEC, que se baseia no volume de negócios (vendas e prestações de serviços) do ano anterior e os pagamentos por conta efetuados no período anterior, isto é, conforme mencionado no artigo 106º, n.º 2 do

CIRC: “o montante do pagamento especial por conta é igual a 1% do volume de negócios relativo ao período de tributação anterior, com o limite mínimo de (euro) 1000, e, quando superior, é igual a este limite acrescido de 20% da parte excedente, com o limite máximo de (euro) 70 000”.

1.4.5. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)

O IRC é um imposto de natureza real e proporcional que incide sobre o lucro tributável das entidades e tem como características ser um imposto sobre o rendimento global, real, direto e periódico (Nabais, 2009).

Todas as sociedades estão sujeitas a IRC. Este imposto incide sobre o lucro, conforme mencionado no artigo 2º, n.º 1, alínea a) e o artigo 3º, n.ºs 1 e 2 do CIRC. O imposto também vai incidir sobre todos os rendimentos auferidos no território nacional ou fora deste, conforme indicado no artigo 4º, n.º 1 do CIRC.

Após o apuramento do resultado líquido do período, o TOC vai apurar e liquidar o imposto de modo a achar o lucro tributável. Para se determinar esse resultado deve-se preencher o quadro 07 da declaração Modelo 22, onde se aplica o que está indicado pelo artigo 17º e seguintes do CIRC.

No preenchimento da declaração periódica dos rendimentos (Modelo 22) vai ser apurado o lucro tributável e o respetivo imposto. Esta declaração é entregue anualmente via internet até ao último dia do mês de maio, seja dia útil ou não, conforme o artigo 120º do CIRC.

O apuramento do lucro tributável é realizado seguindo o artigo 52º do CIRC. No entanto, caso existam prejuízos fiscais de períodos anteriores é possível a dedução bem como a dedução dos benefícios fiscais, de acordo com o artigo 15º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, e, é assim, dessa forma, que se obtêm a matéria coletável.

Seguidamente, depois de saber a matéria coletável vai ser aplicada a taxa de imposto a que vai ser obtido a coleta. Logo depois, segundo o código de IRC existem situações em que se pode deduzir à coleta, de acordo com os artigos 83º a 87º e artigos 96º a 98º, obtendo assim o IRC Liquidado que pode resultar num IRC a pagar ou a recuperar.

Assim, na tabela 1 é demonstrada a forma como se apura o Lucro Tributável e o IRC Liquidado.

Tabela 1 - Apuramento do IRC Liquidado

Resultado Líquido do Período
+ Variações patrimoniais não refletidas no resultado
- Variações patrimoniais não refletidas no resultado
+/- Correções fiscais
Lucro tributável ou Prejuízo Fiscal
- Prejuízos Fiscais
- Benefícios Fiscais
Matéria Coletável
* Taxa(s) de IRC
Coleta
- Deduções à coleta
- Benefícios Fiscais
IRC Liquidado

Fonte: Adaptado de Borges *et al.* (2010:386)

Ao IRC Liquidado subtrai-se as retenções na fonte realizadas a favor da empresa e os pagamentos por conta e o PEC, ou seja, são os adiantamentos feitos durante o ano civil que têm como finalidade fracionar o pagamento do IRC no período em que é devido. Após o apuramento do IRC a pagar ou a recuperar deve-se adicionar a Derrama³ e as Tributações Autónomas (artigo 88º do CIRC).

Caso ocorra a situação do imposto ser a pagar, este realiza-se através do *website* das finanças, onde se submete uma guia de autoliquidação que irá indicar o valor a pagar para que, mais tarde, se realize o pagamento dentro do prazo com a guia de pagamento.

³ A derrama é um imposto local, autárquico que é lançado anualmente pelos municípios, sendo que o limite máximo é de 1,5% do lucro tributável das empresas sujeito e não isento de IRC.

1.5. Processamento de Salários

A Artigo Sexto, Lda. processa todos os salários trabalhadores dos seus clientes a quem presta serviços. Para isso existe uma recolha de todos os acontecimentos sobre o período salarial que vai ser processado e que podem afetar o cálculo da remuneração dos colaboradores.

Após fornecimento de todas as informações referidas anteriormente, calculam-se as remunerações brutas dos funcionários e são enquadrados nos diferentes regimes (primeiro emprego, regime geral ou de órgão social). A contabilidade, com base nessa informação, vai processar os encargos por parte do trabalhador e da empresa. Logo depois, os recibos de pagamento são emitidos em duplicado para serem assinados pelo responsável do departamento do pessoal e o respetivo colaborador.

De seguida, vai ser apresentada a forma como se processam salários através do programa de contabilidade CentralGest.

Em primeiro lugar, todos os funcionários das respetivas empresas devem obter uma ficha pessoal que é criada no programa CentralGest. Para preencher uma ficha de funcionário deve-se abrir o programa e selecionar a opção “Recursos Humanos” e seguidamente seleciona-se “Dados do empregado”, onde existe um quadro que se deve preencher com as informações sobre o funcionário (Ilustração 10). A informação fundamental que vai constar nos dados de empregado relaciona-se com os dados pessoais e familiares do mesmo. Para se realizar as retenções em sede de IRS, as taxas de encargo social correspondentes à empresa e ao empregado, têm por base o ordenado base. O subsídio de alimentação, e em alguns casos o abono para falhas, sendo que estes dois últimos, podem ser superiores aos limites máximos isentos ou não estão sujeitos em sede de IRS como a segurança social. Também existem informações complementares, como por exemplo, as funções que os funcionários desempenham na empresa e os dados bancários.

Ilustração 10 - Dados do Empregado

Fonte: Programa CentralGest

Com os dados dos empregados definidos, elabora-se o processamento dos salários, selecionando, no programa CentralGest, a opção “Processamento de salário”, que irá abrir um quadro com as informações do funcionário já definidas como o número de dias úteis, o vencimento base, entre outros (Ilustração 11).

Ilustração 11 - Processamento dos Salários

* Seleccionad	TipoValor UnitárioRecolherStr	Valor	PercAument	PercDe
<input type="checkbox"/>	Valor Variável	0,00		
<input type="checkbox"/>	Valor Fixo	0,00		
<input checked="" type="checkbox"/>	Remuneração Hora	6,95	0,00	
<input type="checkbox"/>	Remuneração Hora Base	6,95	0,00	
<input type="checkbox"/>	Vencimento Base	1.205,00		
<input type="checkbox"/>	Remuneração Mensal Total	1.205,00		
<input type="checkbox"/>	Remuneração Por Dia Útil	54,77		
<input type="checkbox"/>	Remuneração Por Dia /30	40,17	0,00	
<input type="checkbox"/>	Vencimento Mensal Base/22	54,77		

Fonte: Programa CentralGest

Após confirmar aparece uma janela dos vencimentos (Ilustração 12), onde vai constar a lista dos funcionários à esquerda com os salários processados não guardados. Antes de guardar, analisa-se se é necessário alguma correção nos vencimentos como, por exemplo, as faltas ou as horas extraordinárias. Caso esteja tudo correto seleciona-se a opção “Gravar”. No entanto, depois dos recibos estarem criados também será efetuada uma análise sobre os mesmos.

Na Ilustração 12, pode-se verificar as diferentes remunerações que constituem o vencimento do trabalhador e os respetivos descontos. É importante referir que se consegue alterar as remunerações, caso se verifiquem faltas ou acrescentar remunerações como prémios, comissões ou diuturnidades dos trabalhadores. Em relação aos descontos como as retenções na fonte, a segurança social ou outros descontos, como é o exemplo de penhoras de salários ou o valor das quotas de sindicatos, estes também podem ser acrescentados.

Através da Ilustração 12, podemos ver as remunerações sujeitas e não sujeitas a retenções ou a segurança social, o total descontado e o valor líquido que vai ser pago ao trabalhador.

Ilustração 12- Vencimentos

Vencimento	Total Líquido	Total Desconto	Total Líquido	Total Espécie	Total a Pagar	Mo
1205,00	1533,64	287,19	1246,45	0,00	1246,45	EURO

Cód Abono/D	Descrição	Qtd.	Valor	Valor Unit	Incidênc
0100	Vencimento Base	0,00	1.205,00	0,00	
0120	Abono para Faltas	1,00	33,70	33,70	
0200	Subsídio de Refeição	22,00	93,94	4,27	
0500	Subsídio de Férias	0,00	100,50	0,00	
0600	Subsídio de Natal	0,00	100,50	0,00	
1250	Imposto Rendimento Pessoas Sin...	0,00	8,04	0,00	
1250	Imposto Rendimento Pessoas Sin...	0,00	8,04	0,00	
1250	Imposto Rendimento Pessoas Sin...	0,00	96,40	0,00	
1300	Segurança Social	0,00	154,66	0,00	
1701	Sobretaxa Extraordinária	0,00	20,05	0,00	

Fonte: Programa CentralGest

Posteriormente, quando os vencimentos e os recibos se encontram verificados e corrigidos, procede-se à integração de salários. Para isso, seleciona-se no menu da contabilidade a

opção “Integração de Salários”, onde irá aparecer uma janela de acordo com a Ilustração 13. Nesta janela aparece a data do processamento, o diário onde será lançado a integração e o descritivo do documento. Assim, após o preenchimento do quadro vai-se simular a integração (para verificar se existe eventuais erros e caso exista devem ser corrigidos) e logo de seguida selecciona-se a opção “Executa integração”.

Ilustração 13 - Integração de Salários



Fonte: Programa CentralGest

Os pagamentos das remunerações e dos encargos são realizados através de transferência bancária ou a dinheiro, sendo que se debita nas contas de remunerações (contas 23111 – *Remunerações a pagar aos Órgãos Sociais* ou 24121 – *Remunerações a pagar ao Pessoal Produção*), dos encargos sociais (conta 245 – *Contribuições para a segurança social*) e das retenções na fonte (contas 2421 – *Trabalho dependente* ou 2422 – *Trabalho Independente*) e credita-se a conta de banco ou caixa (conta 12 ou 11). Nos casos em que os funcionários tenham dado a informação sobre a conta bancária, o programa cria um ficheiro que será enviado ao banco para que se possa efetuar o pagamento das remunerações. Em relação às retenções na fonte efetuadas pela empresa, estas são submetidas por via eletrónica à AT, onde se preenche a guia com os valores retidos para que se efetue a entrega nos prazos devidos. Relativamente aos encargos para a segurança social, o programa CentralGest permite a criação de um ficheiro, com a informação devida, que é enviado à segurança social através do sistema de Gestão de Entidade Declaração de Remunerações por Internet (DRI), onde depois será criada a guia de pagamento das contribuições para ser realizado o pagamento.

Em termos de remuneração, esta pode ser paga no dia em que seja definido pela empresa, já no que diz respeito aos encargos, estes são apresentados em datas próprias para a empresa pagá-los. No caso da segurança social, a empresa deve pagar até ao dia 20 do mês seguinte às remunerações obtidas, de acordo com o artigo 155º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Relativamente às retenções na fonte, a empresa tem até ao dia 20 do mês seguinte para realizar a entrega do imposto retido a terceiros, seja dos trabalhadores da própria empresa, dos empresários individuais ou dos trabalhadores que exercem atividades profissionais em que se efetue retenção na fonte no pagamento dos serviços prestados (por exemplo a uma sociedade de advogados). A retenção dos trabalhadores residentes vai ser calculada através de umas tabelas que constam pelo Despacho n.º 796-B/2013, de 14 de janeiro.

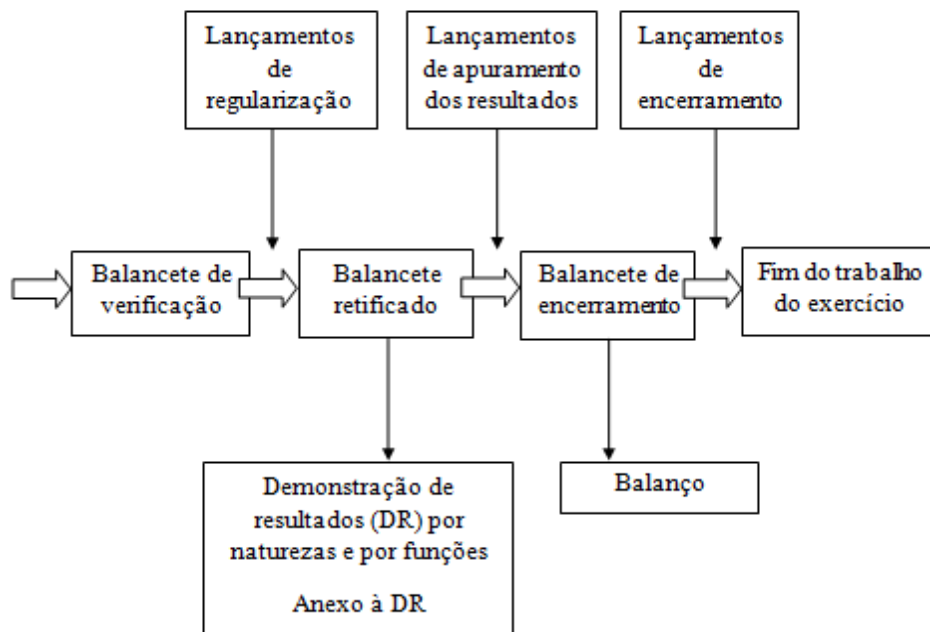
Quanto à situação da segurança social, a empresa tem de enviar as declarações de remunerações por via eletrónica com as especificações estabelecidas até ao dia 10 do mês seguinte a que dizem respeito as remunerações. Nas declarações deverão constar as informações sobre os colaboradores e os seus dados pessoais, os dias de trabalho, as remunerações pagas, subsídios e bónus, uma por cada regime contributivo e devem ser assinadas e carimbadas pela entidade patronal e confirmada pela comissão dos trabalhadores.

1.6. Encerramento de Contas e Preparação das Demonstrações Financeiras e Outros Documentos

O encerramento de contas é um processo que envolve as operações de fim do período económico de cada empresa que normalmente ocorre a 31 de dezembro. Assim, as operações de fim do período estão relacionadas com a verificação, regularização e retificação de contas, onde se consideram todos os registos contabilísticos não correntes à elaboração das demonstrações financeiras e os demais documentos que sejam exigidos para os efeitos de relato e divulgação, com a finalidade de apurar o resultado líquido do período, quer seja um valor positivo ou negativo.

Para uma melhor compreensão sobre este processo de encerramento de contas, deve-se ter em consideração a ilustração seguinte:

Ilustração 14 - Operações Fim de Período



Fonte: Adaptado de Borges *et al.* (2010:1006)

1.6.1. Análise e Conferência de Contas

Ao iniciar o encerramento de contas torna-se importante a análise do balancete de 31 de dezembro de forma a verificar eventuais erros ou valores incorretos. Depois da verificação das contas e conforme foi abordado no subcapítulo de controlo interno, vai-se confirmar os saldos de caixa, bancos, clientes, fornecedores, investimentos e impostos.

1.6.2. Cálculo das Depreciações e Amortizações do Período

De acordo com Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 7, o §6 indica a definição sobre a depreciação ou amortização, ou seja, este procedimento é a imputação sistemática de uma quantia amortizável ou depreciável de um determinado investimento ao longo da vida útil.

Os clientes da Artigo Sexto, Lda., utilizam o método da linha reta, como referido anteriormente, visto que é um método que relaciona o tempo de vida de um investimento e não com o desgaste que um ativo sofre com a atividade da empresa. Então, a Artigo Sexto, Lda. tem por base o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, sendo que este documento é construído por duas tabelas (taxas específicas e taxas genéricas) que indicam as taxas máximas aceites como custo fiscal.

O programa de contabilidade CentralGest efetua o cálculo das depreciações e amortizações e são introduzidas todas as informações que dizem respeito aos ativos fixos tangíveis e intangíveis. As informações são a descrição do bem, classificação fiscal, método de depreciação, data de aquisição e taxa de depreciação.

1.6.3. Perdas por Imparidade e Provisões

Segundo a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, o artigo 28º-A, n.º 1 do CIRC indica quais são as perdas por imparidade a serem deduzidas para efeitos fiscais, ou seja, os créditos da atividade normal que sejam consideradas como cobrança duvidosa e estejam registados na contabilidade e os recibos por cobrar e reconhecidos pelas empresas de seguro.

O artigo 28º-B do CIRC, tendo em conta a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, diz respeito às situações em que as perdas por imparidade se relacionam com as cobranças duvidosas e, nestes casos, devem-se registar as imparidades em que exista a falta ou não do pagamento da dívida e com este artigo consegue-se saber a percentagem para que a dívida seja aceite fiscalmente.

Nos casos em que as imparidades ou ajustamentos dizem respeito aos inventários deve-se ter em consideração o artigo 28º, n.º 1 do CIRC, pois existe a possibilidade das mercadorias percam valor e, caso isso se verifique, o valor indicado na contabilidade é maior que o valor realizável. De acordo com o artigo 26º, n.º 1 do CIRC, é importante mencionar que as imparidades ou ajustamentos nos inventários são aceites fiscalmente e caso não cumpra os critérios indicados devem ser alvo de correções que são impostas através da Direção-Geral dos Impostos.

Em relação às provisões, nem todas são aceites fiscalmente. Desta forma, torna-se importante verificá-las, segundo o artigo 39º e 40º do CIRC. Assim, no artigo 39, n.º 1 do

CIRC, algumas provisões fiscalmente dedutíveis são: garantias a clientes, processos judiciais, reparação de dados ambientais, entre outros.

Na situação em que as provisões não são aceites fiscalmente como é o caso dos encargos com contratos onerosos, reestruturações, acidentes de trabalho, ou seja, em situações em que tenham uma ocorrência mais provável e de valor num período incerto devem-se fazer as respetivas correções fiscais quando se apura o imposto (Borges *et al.* 2010).

1.6.4. Aplicação do Regime do Acréscimo

O regime do acréscimo, de acordo com a estrutura conceptual, menciona que as transações e os acontecimentos elaborados pela empresa devem ser reconhecidos quando ocorrem e devem estar indicados no período das demonstrações financeiras a que dizem respeito.

As contas 272 (Devedores e Credores por Acréscimos) e 28 (Diferimentos) são as contas onde vão ser efetuados os registos em caso de documentos relacionados com este regime. Assim, para uma melhor compreensão, é importante definir cada conta sendo que:

- *Conta 2721 – Devedores por acréscimos de rendimentos:* nesta conta consta o registo dos rendimentos que dizem respeito ao próprio ano, mas que serão recebidos no ano seguinte ou em períodos posteriores. Exemplo: Juros de um depósito bancário.
- *Conta 2722 – Credores por acréscimos de gastos:* nesta conta consta o registo dos gastos que dizem respeito ao próprio ano, mas que serão pagos no ano seguinte ou nos períodos posteriores. Exemplo: Consumo de eletricidade, telecomunicações, gás, água.
- *Conta 281 – Gastos a reconhecer:* nesta conta consta o registo dos gastos pagos no próprio ano, mas que diz respeito ao ano seguinte ou em períodos posteriores. Exemplo: Rendas pagas antecipadamente.
- *Conta 282 – Rendimentos a reconhecer:* Nesta conta consta o registo dos rendimentos que foram recebidos no próprio ano, mas que se relacionem com o ano seguinte ou nos períodos posteriores. Exemplo: Rendas de janeiro, mas que já foram recebidas em dezembro.

1.6.5. Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)

Segundo Borges *et al.* (2010), para o apuramento do CMVMC é necessário ter em consideração os inventários, pois vão ser todos os bens adquiridos ou produzidos pela empresa e que posteriormente a sua finalidade pode ser a venda ou a utilização do bem para integrar na produção.

Assim, existem dois métodos para apurar o CMVMC, que estão coordenados com o sistema de inventário que a empresa utiliza, ou seja, o sistema de inventário permanente ou o sistema de inventário intermitente ou periódico. Em relação ao sistema de inventário permanente, este é determinado normalmente com o suporte de uma ficha de armazém, onde regista todas as entradas e saídas de inventários. Neste sistema de inventário o valor em armazém é atualizado permanentemente e o CMVMC é calculado sempre que há uma saída. No sistema de inventário intermitente ou periódico, o CMVMC é calculado normalmente apenas no final do período económico tendo em consideração as inventariações diretas dos valores em armazém através de uma contagem física que é elaborada periodicamente de forma a determinar o valor dos *stocks*.

Os clientes da Artigo Sexto, Lda. ficam cingidos à utilização de inventário intermitente, sendo que o apuramento do CMVMC é efetuado através de uma verificação do envio por parte dos clientes de uma listagem onde ilustra todas as matérias-primas, as mercadorias e os produtos acabados que o cliente tem em armazém a 31 de dezembro.

Assim, após o lançamento de toda a informação e com o auxílio do programa de contabilidade é possível efetuar o cálculo do CMVMC, mas torna-se relevante mencionar que a fórmula é a seguinte:

$$\text{CMVMC} = \text{Existência Inicial} + \text{Compras} - \text{Existência Final} +/- \text{Reclassificação e Regularizações.}$$

Relativamente ao seu registo processa-se da seguinte forma:

Ilustração 15 - Registo do CMVMC

611/612		32/33
X		X

Fonte: Adaptado Borges *et al.* (2010:1009)

1.6.6. Apuramento do Resultado

Após a elaboração do balancete de retificação ou de regularização, as empresas baseiam-se nesse balancete para apurar o resultado líquido do período. Este apuramento consiste na diferença entre a soma dos gastos e dos rendimentos efetuados pela empresa durante o período económico, sendo que se transfere os saldos da *classe 6 - Gastos* e *classe 7 - Rendimentos* para a conta *811 - Resultados Antes de Impostos (RAI)*.

Contudo, o apuramento do resultado antes de imposto e o apuramento do resultado líquido do período efetua-se da seguinte forma:

Ilustração 16 - Apuramento do Resultado

- **Apuramento do resultado antes de imposto**

61 a 69		811 – Resultado antes de imposto		71 a 79
Gastos		Gastos	Rendimentos	Rendimentos

- **Apuramento do resultado líquido do período (depois de impostos)**

Se negativo:

<i>811 – Resultado antes de imposto</i>	<i>818 – Resultado líquido</i>	<i>812 – Imposto s/ rend. do período</i>
Res. antes de imp.	Res. antes de imp. Estimativa IRC	Estimativa IRC

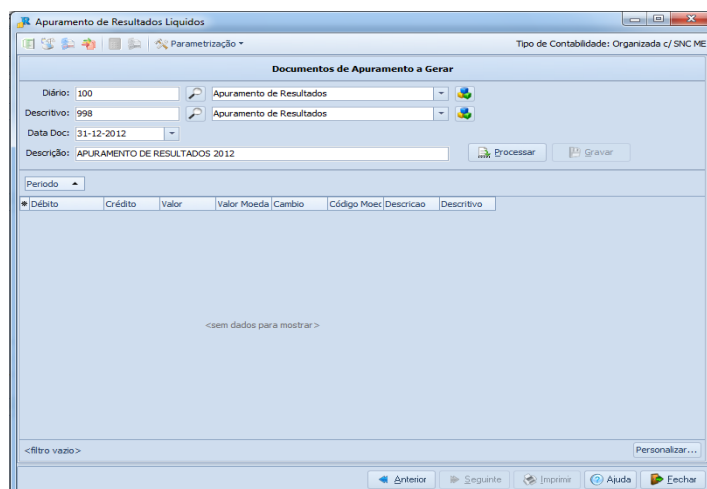
Se positivo:

<i>812 – Imposto s/ rend. do período</i>	<i>818 – Resultado líquido</i>	<i>811 – Resultado antes de imposto</i>
Estimativa IRC	Estimativa IRC Res. antes de imp.	Res. antes de imp.

Fonte: Adaptado de Borges *et al.* (2010:1009 e 1010)

Entretanto, a Artigo Sexto, Lda. elabora o apuramento do resultado líquido do período dos seus clientes através do programa CentralGest. Ao abrir o programa deve-se selecionar no menu da contabilidade, a opção “Apuramento de Resultados” aparecendo uma janela, onde vai ser introduzido os dados necessários para o apuramento do resultado (Ilustração 17).

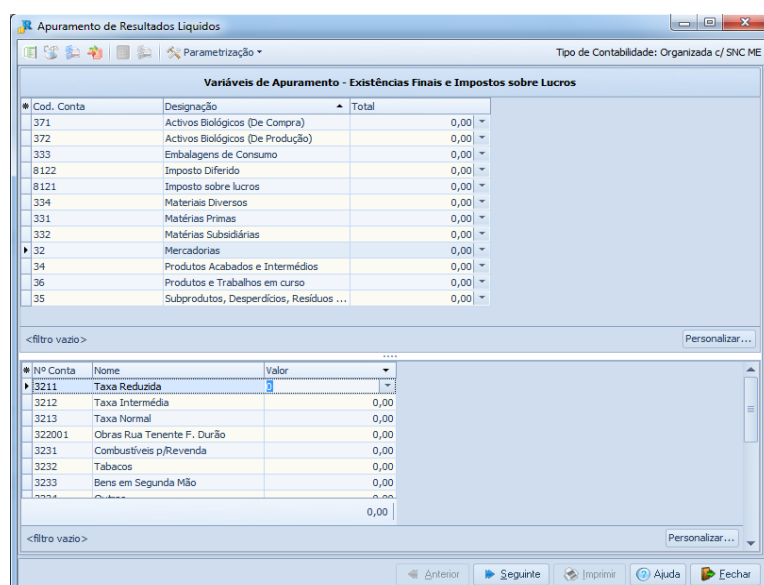
Ilustração 17 - Apuramento de Resultados Líquidos



Fonte: Programa CentralGest

Após efetuar a introdução de todos os dados seleciona-se a opção “Seguinte”, nessa janela vai-se indicar o diário, o descritivo, a data do documento e a respetiva descrição. De seguida vai-se processar o apuramento selecionando a opção “Processar” (Ilustração 18).

Ilustração 18 - Processamento do Apuramento de Resultados



Fonte: Programa CentralGest

Quando o resultado líquido do período estiver apurado, os sócios das empresas devem decidir o que devem fazer com o resultado, isto é, estas sociedades estão obrigadas à constituição de uma reserva legal, sendo que essa percentagem não deve ser superior à 20ª parte dos lucros, ou à sua reintegração até que represente o limite máximo de 20% do capital social, com o valor mínimo de 2.500,00€. (artigo 218º, 295º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)).

1.6.7. Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, segundo Borges *et al.* (2010), decorrem do processamento de transações ou acontecimentos que são associados em classes tendo em atenção a sua substância ou função.

Todas as empresas que estão sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar um conjunto de demonstrações, nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de Caixa e o Anexo.

Assim, como a maioria dos clientes da Artigo Sexto, Lda. adotam a Norma Contabilística de Relato Financeiro de Pequenas Entidades (NCRF-PE) ou a Norma Contabilística de Relato Financeiro para microentidades (NCM), os modelos das demonstrações financeiras são menos desenvolvidos. Contudo, após o encerramento contabilístico no programa CentralGest, as demonstrações financeiras a serem elaboradas são:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Anexo.

A Artigo Sexto, Lda. não elabora para os seus clientes a demonstração das alterações no capital próprio e dos fluxos de Caixa uma vez que as empresas estão dispensadas.

1.7. Informação Empresarial Simplificada (IES)

A IES é um modelo de declaração anual que consiste na entrega de declarações de natureza contabilística, fiscal e estatística, sendo que esta declaração deve ser entregue via eletrónica (Nabais, 2009). Segundo a Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro, a IES entrou em vigor em 2007 com o objetivo de mostrar toda a informação que diz respeito às contas anuais das empresas.

De acordo com o artigo 1º da Portaria n.º 64-A/2011, de 3 de fevereiro, esta declaração é composta por vários anexos que aborda assuntos sobre o IVA, IRC, IRS e informação estatística. Os anexos são apresentados da seguinte maneira:

- Anexo A – IRC – informação empresarial simplificada de empresas residentes que praticam atividade principal de comercial, industrial ou agrícola e entidades não residentes com estabelecimento estável;
- Anexo B – IRC – informação empresarial simplificada de empresas do setor financeiro;
- Anexo C – IRC – informação empresarial simplificada de empresas do setor de seguros;
- Anexo D – IRC – informação empresarial simplificada de empresas residentes que não praticam atividade principal de comercial, industrial ou agrícola;
- Anexo F – IRC – benefícios fiscais;
- Anexo G – IRC – regimes especiais referido com sociedades e outras entidades sujeitas ao regime de transparência fiscal;
- Anexo I – IRS – informação empresarial simplificada de sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada;
- Anexo L – IVA – elementos contabilísticos e fiscais;
- Anexo M – IVA – operações realizadas em espaço diferente da sede;
- Anexo R – informação estatística – informação empresarial simplificada de empresas residentes que praticam atividade principal de comercial, industrial ou agrícola, entidades não residentes com estabelecimento estável e EIRL.

A entrega da IES é efetuada através do preenchimento de formulários onde constam os anexos mencionados anteriormente, e que após o seu preenchimento devem ser entregues por via eletrónica no *website* do Portal das Finanças.

A data limite de entrega da IES é até ao dia 15 de julho, seja dia útil ou não, de acordo com o artigo 121º, n.ºs 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 292/2009, de 13 de outubro. A situação em que a data de entrega possa ser diferente é no caso em que o sujeito passivo tenha preferência por um período de tributação no âmbito do IRC diferente do ano civil, assim, poderá entregar a declaração até ao 15º dia do 7º mês depois da data em que termina esse período.

1.8. Relatórios de Gestão e Prestação de Contas

Tendo em conta o artigo 65º do CSC, os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, isto é, as contas do período económico e os respetivos documentos de prestação de contas.

Todos os membros da administração devem assinar o relatório e as contas do período económico, mas, caso exista alguma recusa de assinatura por parte de algum membro, esta situação deve ser justificada.

Segundo o artigo 66º, n.º 1 do CSC, o relatório de gestão deve obter uma exposição fiel e clara sobre a evolução e a situação da empresa.

Assim, o conteúdo de um relatório de gestão deve conter as seguintes informações (artigo 66º, n.ºs 2 e 5 do CSC):

- Evolução da gestão nos diversos setores em que a empresa exerce a sua atividade;
- Informações importantes que aconteceram no termo do período económico;
- A evolução previsível da empresa;
- Indicar o número e o valor nominal de quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o ano e, referenciar o motivo dessa situação e o respetivo valor;
- Proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada;
- Entre outros.

De acordo com a lei (artigo 65º do CSC), a elaboração do relatório de gestão é da responsabilidade da administração ou gerência da empresa, no entanto no caso Pequenas e Médias Empresas (PME), estas pedem o auxílio aos TOC's.

1.9. Dossier fiscal

De acordo com o artigo 129º do CIRS e do artigo 130º do CIRC, os sujeitos passivos têm a obrigatoriedade de constituir e manter um dossier fiscal que deve conter os documentos fiscais definidos pela Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro.

O dossier fiscal é um documento que se realiza até à data limite da entrega da IES, a localização desse documento deve estar na contabilidade, porque apesar de não ser entregue, pode ser alvo de averiguação por algum motivo suspeito.

Assim, os documentos obrigatórios que deve constar no dossier fiscal, segundo a portaria referida anteriormente são os seguintes:

Tabela 2 - Documentos do Dossier Fiscal

Documentos		IRC	IRS
1	Relatório de gestão, parecer do conselho fiscal e documento de certificação legal de contas quando legalmente exigidos.	X	-
2	Lista e documentos comprovativos dos créditos incobráveis	X	X
3	Mapa, de modelo oficial, de provisões, perdas por imparidades em créditos e ajustamentos em inventários	X	X
4	Mapa, de modelo oficial, das mais-valias e menos-valias	X	X
5	Mapa, de modelo oficial das depreciações e amortizações	X	X
6	Mapa, de modelo oficial, das depreciações de bens reavaliados ao abrigo de diploma legal	X	X
7	Mapa de apuramento do lucro tributável por regimes de tributação	X	X
8	Mapa de controlo de prejuízos no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (artigo 71º do CIRC)	X	-
9	Mapa de controlo das correções fiscais decorrentes de diferenças temporais de imputação entre a contabilidade e a fiscalidade	X	X
10	Outros documentos mencionados nos Códigos ou em legislação complementar que devam integrar o processo de documentação fiscal, nomeadamente, nos termos: <ul style="list-style-type: none"> a) Dos Artigos 38º, 49º, 63º, 66º, 78º e 120º do Código do IRC; b) Do artigo 78º do Código do IVA; c) Do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho; d) Do artigo 10º do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro. 	X	X

Fonte: Adaptado da Portaria 92-A/2011, de 28 de fevereiro

1.10. Ética e Deontologia

Segundo o artigo 1º do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas (CDTOC), este código aplica-se a todos os TOC que tenham inscrição em vigor, que exerçam a sua atividade como trabalho dependente ou independente, sejam ou não integrados em sociedades profissionais ou em sociedades de contabilidade.

A atividade que os TOC prestam baseia-se num conjunto de princípios éticos e deontológicos, sendo que estes princípios têm a finalidade de orientar os atos desempenhados pelo TOC no seio da empresa e a nível externo. Então, de acordo com o artigo 3º do CDTOC, os princípios deontológicos são:

- Integridade que implica que a profissão deve estar por base na honestidade e de boa fé;
- Idoneidade, ou seja, significa que os TOC só devem aceitar trabalhos que estejam aptos a desempenhar;
- Independência, o que implica que o exercício da atividade se baseie na independência técnica, de forma a evitar as diversas pressões que levariam a uma dependência no exercício da atividade;
- Responsabilidade, sendo que os TOC têm a responsabilidade pelos atos que praticam no exercício das suas funções;
- Competência, o que implica que os TOC exercem as suas funções de forma aplicada e responsável, tendo por base os conhecimentos e técnicas, de forma a respeitar a lei, os princípios contabilísticos e éticos;
- Confidencialidade, visto que os TOC e os colaboradores devem ter sigilo profissional sobre os acontecimentos e os documentos que tenham conhecimento, direta ou indiretamente, no exercício das suas funções;
- Equidade, que implica que os TOC tenham que garantir igualdade no tratamento e na atenção a todas as empresas a que prestam serviços e não estabelecer distinções que não se justifiquem, salvo o que está disposto nas normas contratuais acordadas;
- Lealdade, ou seja, os TOC devem proceder com correção e civilidade nas suas relações de forma recíproca, abstendo-se de qualquer ataque pessoal ou alusão depreciativa, pautando a sua conduta pelo respeito pelas regras da concorrência leal e pelas normas legais, de modo a honrar a profissão.

Baseando-se no artigo 51º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), o TOC também tem os seus direitos perante os clientes a quem presta os seus serviços, como por exemplo, o TOC deve obter toda a documentação, informações e outros tipos de elementos que sejam essenciais para o desenvolvimento da sua atividade, bem como, conforme está estipulado na legislação laboral ou contratual, o TOC deve receber os salários ou honorários a que tenha direito.

Relativamente ao artigo 54º do EOTOC, este artigo diz respeito aos deveres sendo que alguns deles são que os TOC devem executar as suas funções com consciência, guardar sigilo profissional sobre todas as situações e documentos que os profissionais tenham conhecimento no desenvolvimento das suas funções e, quando os TOC se comprometem com um cliente, este não deve abandonar os trabalhos que lhe foram entregues, sem dar qualquer justificação que seja importante.

Ao longo do estágio, pode-se verificar que os princípios, os direitos e os deveres são assuntos importantes, sendo que a orientação do estágio teve em consideração esses pontos de modo a que sejam incutidos e seguidos por todos os funcionários da empresa.

1.11. Avaliação Crítica do Estágio

Os estágios curriculares tornam-se uma boa vantagem no sentido dos estudantes conseguirem ter uma noção sobre a realidade profissional, visto que a realidade académica nos aborda com muita informação teórica e, torna-se necessário colocar em prática através de um estágio. O estágio foi realizado num gabinete de contabilidade em Lisboa, onde não havia nenhuma informação prévia sobre os colaboradores da empresa. Assim, apesar disso, obteve-se uma ótima adaptação, visto que dedicaram alguma da sua disponibilidade para auxiliar em questões sobre o funcionamento do gabinete, a forma como trabalhavam, bem como auxiliavam em termos de dúvidas que iriam ocorrendo no decorrer do estágio. Ao longo do estágio, os responsáveis do gabinete e os colaboradores mostraram-se confiantes das capacidades demonstradas sobre os assuntos contabilísticos e fiscais, dado que as tarefas desempenhadas foram executadas com profissionalismo e com um interesse elevado, além que estas tarefas foram importantes para o desenvolvimento profissional e pessoal. Após o estágio curricular terminar, continuou-se a exercer funções no gabinete, devido ao bom desempenho nas funções contabilísticas e fiscais.

O facto de haver um conhecimento nas disciplinas de contabilidade e fiscalidade na licenciatura e também devido aos conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares desenvolvidas no mestrado acabou por se tornar suficiente para realizar todas as tarefas indicadas no protocolo de estágio. Apesar de existirem algumas dificuldades, essas foram ultrapassadas em conjunto com o supervisor de estágio e, fizeram com que a nossa formação académica tivesse algum valor após o contato com a realidade profissional.

A Artigo Sexto, Lda. tem alguns pontos fortes, visto que tem uma relação forte de segurança e integridade com os seus clientes, fornecedores e outras empresas que se encontram interligadas. Esta empresa também aposta na qualidade e na exigência dos serviços prestados de forma a satisfazer todos os seus clientes.

Por fim, a organização, ao acolher um estagiário, acabou por beneficiar de mais um elemento com capacidades e perspetivas novas e diferentes. A contribuição desempenhada na empresa teve aspetos positivos e correspondeu de bom agrado a todas as expectativas. Assim, pode-se afirmar que todos os objetivos do estágio foram efetuado e conseguidos de forma eficaz.

PARTE II: “*Importância da Informação Contabilística e dos Indicadores Económico-Financeiros no Processo de Tomada de Decisão*”

CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA E A PREPARAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA NA TOMADA DE DECISÃO

2.1. Enquadramento

Hoje em dia, o conceito de “informação” tem vindo a adquirir cada vez mais importância na sociedade atual, no sentido em que esta serve para a tomada de decisões num determinado número de situações, onde, os grupos sociais podem tomar as suas decisões de acordo com a utilidade da informação. Assim, a informação pode ser definida por um conjunto de dados que têm um contexto útil e com significado, onde se transmite a um recetor que utiliza a informação para tomar as suas decisões (Reis, 1993).

Assim, segundo Alves (2013), a informação financeira ao basear-se nas suas características é útil para a maioria dos utilizadores na tomada de decisão. Essa informação deve estar disponível com o intuito de dar resposta a todas as necessidades de informação. Normalmente, os gestores recorrem à informação financeira nos processos de decisão. Torna-se importante que a informação cumpra os requisitos qualitativos, nomeadamente, a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, de modo a que a sua utilização não seja posta em causa.

A contabilidade tem o objetivo de fornecer aos seus utilizadores as informações qualitativas e quantitativas sobre a situação das empresas de modo a que toda a informação fornecida seja segura, fiel e essencial para auxiliar no processo de tomada de decisão (Anjos *et al.*, 2011). Por outro lado, o estudo elaborado por Miranda *et al.* (2008) demonstrou que os gestores compreendem a utilidade da informação desenvolvida pelos contabilistas, mas mencionam que estes não são os únicos profissionais que produzem informação em termos de controlo e avaliação de desempenho de uma determinada empresa.

Na opinião de Hoji (2010), a contabilidade é um sistema de informação fundamental para a tomada de decisão, pois constitui uma ligação entre a fonte de informação, a empresa e os utilizadores (os clientes, os fornecedores, os trabalhadores, os financiadores, etc.), sendo que cada grupo focaliza a análise das informações contabilísticas de acordo com as suas necessidades. Esta perspetiva da contabilidade torna-se importante, no sentido em que os

gestores necessitam de sistemas contabilísticos que sejam capazes de medir e alcançar a informação sobre a realidade económica/financeira/patrimonial das empresas (Borges *et al.*, 2010). Tendo em conta um estudo elaborado, em Espanha, por Gabás *et al.*, citado por Alves (2003) este definiu que o utilizador da informação financeira será o agente económico que tem necessidade de conhecer todos os aspetos que estejam de acordo com a atividade económica e financeira da empresa, facilitando o processo de decisão e com o direito de observar e analisar a informação financeira. O direito referido aparece quando os interesses dos utilizadores podem ser afetados, sob forma positiva ou negativa, pela atividade de uma determinada empresa.

No entanto, toda a informação disponibilizada deve ser credível, pois essa informação vai ser compreendida e aproveitada pelos utilizadores para que consigam tirar conclusões adequadas (Borges *et al.*, 2010). Assim, Grosu (2009) afirma que é muito importante a apresentação das demonstrações financeiras, porque estas permitem que os seus utilizadores tenham uma fácil leitura de como se encontra a estrutura da situação financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira numa determinada empresa.

A informação também tem a utilidade no que diz respeito às necessidades informativas, onde deve haver um bom desempenho empresarial associado à tomada de decisão dos gestores, de forma a atingir os objetivos pretendidos pela empresa (Borges *et al.*, 2010).

De acordo com Caiado e Madeira (2005), existem alguns fatores, como por exemplo, a expansão dos negócios e o aumento das novas tecnologias que fizeram com que os pedidos de informação transmitidos para o exterior sobre as empresas aumentassem de forma a acompanhar a evolução referida. Sendo assim, as entidades internas (gestores) destacam a necessidade de elaborar documentos periódicos de prestação de contas, de forma que os documentos ilustrem a situação económica e financeira da empresa. Por outro lado, Jordan *et al.* (2011) indica que os sistemas devem conter uma linguagem variada, onde se integra a informação interna e externa, flexíveis no tempo e se torna possível identificar uma relação com objetivos e meios. Uma outra opinião segue o autor Lopes (2013) que menciona que com os avanços das tecnologias de informação e comunicação, os diversos utilizadores mostram-se mais exigentes no que diz respeito à utilidade da informação, ou

seja, hoje em dia, as organizações desenvolvem os sistemas mais sofisticados de forma a disponibilizar a informação a qualquer momento.

Caiado e Madeira (2005) indicam que com o aumento da competitividade, as empresas tiveram que gerir os seus recursos de modo eficiente e fiável, pois os gestores são confrontados com situações de rotina ou de recursos financeiros. Assim, tendo em conta essas situações, os gestores devem utilizar métodos que ajudem a analisar e controlar as relações entre variáveis para que se consiga obter os melhores resultados, sendo que caso algo não sejam adequados conforme os objetivos planeados, os gestores devem optar por formular medidas corretivas para tomar a melhor decisão.

Para Barros (2005), é importante referir que com a facilidade da tecnologia consegue-se obter uma grande quantidade de informação, sendo que o mais relevante é a qualidade da informação, porque a informação só será útil se atender às necessidades dos utilizadores, onde a utilidade depende de cada utilizador, do processo de decisão e do comportamento dos utilizadores sobre o uso das informações.

Segundo Rodrigues (2009) é de salientar que as demonstrações financeiras por si só não apresentam todas as informações que os utilizadores precisam, pois a informação é relacionada com acontecimentos passados e informações financeiras, e, assim, torna-se essencial obter informações sobre os acontecimentos futuros e informações não financeiras, onde, nesse caso, existem os indicadores económicos e financeiros que ajudam os utilizadores a entender a empresa numa outra perspetiva.

O estudo elaborado por Oliveira *et al.* (2000) tem a finalidade de verificar o uso do sistema da informação contabilística aplicado às PME, bem como, analisar se as empresas utilizam as informações geradas pela contabilidade e como é que influência para a tomada de decisão. Assim, este estudo foi desenvolvido com base numa abordagem teórico-empírica utilizando a análise da bibliografia, em conjunto com uma pesquisa de campo a empresas de retificação de motores. Os resultados mostraram que a maioria das empresas (90%) estava satisfeita com o nível de informatização, considerando-se detentoras de sistemas de controlo operacionais, de qualidade e de controlo administrativo-financeiro, assim como estas empresas utilizam os sistemas de informação contabilística para as necessidades de administração, nas questões relacionadas com a parte fiscal e de gestão.

O estudo de Barros (2005) teve como objetivo demonstrar a necessidade e a importância da informação contabilística no processo de gestão das empresas. Para atingir os objetivos propostos foram realizadas 15 entrevistas a empresas de construção civil, e ao analisar os resultados concluiu-se que a maioria dos entrevistados (66%) gere os seus negócios utilizando todas as ferramentas e informações contabilísticas. No entanto, 34% das empresas mencionaram que não utilizam essas informações no processo de decisão, sendo que 7% desse grupo de entrevistados têm a opinião de que a contabilidade serve como um instrumento que é exigido legalmente com a finalidade de apurar os impostos e 27% indica que existe uma base de dados que não é integrada ao sistema contabilístico, mas é utilizado para outras situações, ou seja, como base de planeamento, execução e controlo de atividades.

Uma outra opinião é a de Porton e Longaray (2006) cujo estudo se baseou em observar a relevância da utilidade da informação contabilística, através de relatórios e demonstrações financeiras, no processo de decisão. A pesquisa utilizada foi através de um questionário semiestruturado (com questões abertas e fechadas) a empresas do centro comercial. As conclusões deste estudo demonstraram que 85% da amostra ilustra que as empresas utilizam e mantêm as informações contabilísticas atualizadas para tomarem as suas decisões e não utilizam só para cumprir os requisitos legais. Estas empresas também utilizam alguma documentação, nomeadamente o balancete e a demonstração dos fluxos de caixa nas suas decisões. Em relação à periodicidade da análise da documentação, é a mensal que tem uma maior percentagem.

Pettersen e Solstad (2007) efetuaram um estudo com o objetivo de analisar o papel dos orçamentos e das informações contabilísticas nas instituições no ensino superior, sendo que esse estudo se baseia na forma como as informações contabilísticas são interpretadas e utilizadas no processo de decisão. Este estudo de caso foi realizado através de entrevistas e questionários. Com este estudo concluiu-se que os gestores são os utentes que têm acesso à informação contabilística e são da opinião que a informação contabilística deve servir para desenvolver objetivos estratégicos. Contudo, as informações contabilísticas, neste estudo, servem, fundamentalmente, para que os funcionários administrativos analisem os documentos para tomarem as suas decisões. Também se concluiu que os gestores têm que ter uma visão interativa na gestão, o que significa que estes estão sempre presentes e envolvidos no que diz respeito à instituição. Assim, para estes gestores, as incertezas e

mudanças, normalmente, são resolvidas através de diálogos internos nas configurações de forma a conseguir lidar com alguns problemas, como a interação com outros gestores.

O estudo elaborado por Alves (2010) teve como objetivo ilustrar a utilidade e a percepção da informação contabilística para os gestores. Assim, este estudo baseou-se em entrevistas a gestores de vendas, marketing, produção e departamento de contabilidade com a finalidade de analisar as informações que eles usam para tomar as suas decisões. Também neste artigo foram realizados estudos de caso a partir das entrevistas, com o objetivo de descrever a atitude do gestor no processo de decisão, enriquecer a pesquisa e aumentar a fiabilidade das informações recolhidas. Os resultados obtidos neste estudo mencionam que as tomadas de decisão nas empresas encontram-se estruturadas e identificadas em quatro fases: identificação do problema, desenvolvimento de alternativa, seleção de opções e implementação de decisão. Com as duas formas de pesquisa consegue-se evidenciar que as informações contabilísticas não podem ser utilizadas da mesma maneira, de acordo com as fases referidas anteriormente. Outro resultado tem a ver com a informação contabilística que é utilizado na maior parte das decisões dos gestores dando mais relevância nas primeiras fases do processo de tomada de decisão. Por fim, a percepção dos utilizadores é que a informação contabilística serve para identificar um determinado problema, identificar uma opção e comparar.

Silva *et al.* (2010) teve como propósito demonstrar a utilidade da informação contabilística nas micro e pequenas empresas. A metodologia utilizada foram entrevistas a 55 empresas localizadas na cidade de Recife (Brasil), sendo que os resultados foram os seguintes:

- Apesar da informação contabilística ser credível e importante perante os seus utentes, 34,5% dos gestores admitem ter dificuldades na sua utilização.
- Na maioria dos casos, os relatórios fornecidos são do tipo tradicional e pouco sofisticado.
- Os gestores que elaboraram o estudo confiam nas informações contabilísticas desenvolvidas pelos contabilistas, que se torna num fator importante para que a contabilidade passe a ser utilizada no processo de tomada de decisão.

Anjos *et al.* (2011) elaboraram um estudo com a finalidade de observar como estão a ser prestados os serviços de contabilidade no que diz respeito às cooperativas, bem como obter uma visão dos gestores em relação à importância e à qualidade desses serviços. Tendo em

conta os questionários elaborados, concluíram que os resultados obtidos estão em linha com a contratação do contabilista, tendo por base a sua experiência e os conhecimentos que tem sobre as normas e a legislação. Os serviços que prestam, a elaboração da folha de salários e a emissão de guias de impostos. Contudo, neste estudo, o contabilista é visto como um prestador de serviços que cumpre as exigências legais e fiscais, sendo que, para os gestores, os serviços tornam-se mais dispendiosos do que úteis para a tomada de decisão.

Alves (2013) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de saber o nível de perceção que os gestores de PME têm relativamente à utilidade da informação contabilística no processo de tomada de decisão. O estudo assentou em duas unidades de análise; na zona de Angola e Lisboa, sendo que cada uma incidiu em cinco PME. Assim, após a realização dos questionários, obtiveram-se as seguintes conclusões:

- Os inquiridos angolanos consideram que a contabilidade serve como instrumento com a finalidade de responder aos requisitos fiscais e legais, mas também serve para auxiliar na tomada de decisão, enquanto os inquiridos portugueses dão destaque à ótica fiscal e de gestão, mas consideram que a contabilidade tem a função de responder a requisitos na ótica da gestão;
- O estudo demonstra que no processo de tomada de decisão, os gestores de ambos os países consideram que a utilização da documentação/instrumento é numa periodicidade mensal e anual, sendo que esses documentos são os seguintes: orçamento, folha de caixa, análise de investimentos, análise de demonstrações financeiras, planeamento fiscal, controlo de *stocks*, de contas a pagar e receber e dos ativos tangíveis;
- Os resultados obtidos também mostraram que as demonstrações financeiras são importantes para a tomada de decisão, visto que os contabilistas são consultados antes de haver uma tomada de decisão sobre alguns aspetos, nomeadamente, na contratação de empréstimos, aquisição de ativos tangíveis e da elaboração de planeamento financeiro da empresa.

Para Kurniawati *et al.* (2013), as PME têm um papel fundamental na economia, não só relevante na Indonésia, mas para os outros países, pois são estas empresas que têm uma maior percentagem em todo o mundo. Assim, o objetivo deste artigo é observar o tipo de

informações contabilísticas que as PME têm em consideração e como as utilizam para a sua tomada de decisão a nível de negócios e avaliação de desempenho. No entanto, para atingir o objetivo foi necessário a elaboração de entrevistas e questionários a PME na zona de Java (Indonésia) e concluiu-se que as PME dão importância às informações contabilísticas, nomeadamente aos documentos, registos e relatórios operacionais simples, sendo que algumas PME utilizam as demonstrações financeiras. Assim, pode-se observar que algumas PME podem não obter a informação contabilística gerada pela contabilidade, mas conseguem obter informação doutra forma, como por exemplo através do registo dos fluxos de caixa ou relatório de caixa, informações de lucro.

Apesar da opinião dos autores convergirem sobre a importância da informação contabilística, existem alguns artigos em que a opinião diverge, ou seja, em relação ao estudo elaborado por Borba *et al.* (2006), o objetivo era verificar a utilização da informação contabilística no processo de gestão e a sua necessidade para os gestores. Assim, este estudo de múltiplos casos baseou-se no perfil de quatro empresas familiares de pequena dimensão no estado de Santa Catarina. No entanto, os resultados deste estudo indicam que cada empresa possui as suas formas de gerir e isso tem a ver com o conhecimento e experiência do gestor. As empresas tendem a dar mais importância ao controlo das vendas, do *stock*, de caixa e dos lucros, sendo que não existe uma base sólida e segura para a tomada de decisão. Com esta situação, os gestores enfrentam algumas dificuldades no que diz respeito à falta de informação sobre o mercado, o controlo interno e os sistemas de gestão são inapropriados para o processo de tomada de decisão. Em suma, a contabilidade não oferece auxílio no processo de gestão das empresas e limita-se a resolver as técnicas de contabilidade obrigatórias.

Uma outra opinião em que os resultados não são idênticos aos anteriores é o estudo de Moreira *et al.* (2013) que teve o intuito de demonstrar o conhecimento dos gestores em relação à importância da informação contabilística e a sua utilização na tomada de decisão nos seus negócios. Para atingir o objetivo pretendido foram elaborados questionários, onde a amostra se baseou nas micro e pequenas empresas relacionadas com o comércio. As conclusões são que os gestores têm a opinião que a informação contabilística é importante para a tomada de decisão mas, estes indicam no estudo que não recebem nenhuma documentação gerada pela contabilidade e, assim, os gestores acabam por não entender como é que a contabilidade é importante no auxílio das suas necessidades de gestão.

Relativamente ao processo de decisão, este tem um resultado incompleto, pois as decisões são tomadas pelos gestores e estes têm em consideração a sua experiência e intuição para obter os resultados mais adequados. Contudo, para os gestores, os contabilistas são profissionais que fornecem serviços relacionados com os impostos e contribuições, sendo que o facto de a contabilidade não fornecer a informação contabilística adequada (demonstrações financeiras e outros relatórios) faz com que o nível de utilização dessa informação para a tomada de decisão seja baixa.

2.2. Estrutura Conceptual

A nível nacional, existe legislação que se preocupa com a informação contabilística. Segundo a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a estrutura conceptual menciona que as informações que constam nas demonstrações financeiras devem ser de qualidade e ter uma rápida compreensão por parte dos utentes bem como transmitir uma imagem verdadeira e apropriada (§ 25 e 46).

Assim, a estrutura conceptual tem como finalidade demonstrar:

- Objetivo das demonstrações financeiras;
- Características qualitativas que determinam a utilidade da informação contida nas demonstrações financeiras;
- Definição, reconhecimento e mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras;
- Conceitos e manutenção de capital.

Os objetivos das demonstrações financeiras, com base na estrutura conceptual, são proporcionar informação financeira sobre a posição financeira (proporcionada num Balanço), do desempenho (facultada numa Demonstração dos Resultados) e das alterações de posição financeira (concedida numa Demonstração dos fluxos de Caixa) de uma empresa de forma que essa informação seja útil aos utilizadores no processo de tomada de decisão (Lopes, 2013).

Em relação às características qualitativas que indicam a utilidade da informação que consta nas demonstrações financeiras, estas vão ser demonstradas na seguinte ilustração:

Ilustração 19 - Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras



Fonte: CNC – Estrutura Conceptual

Os princípios contabilísticos, do acréscimo e da continuidade, aparecem na estrutura conceptual como pressupostos subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras, sendo que, o regime do acréscimo significa que todas as transações devem ser reconhecidas no período em que ocorrem, registadas na contabilidade e relatadas nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam. Em relação à continuidade, as demonstrações financeiras são efetuadas com o intuito de que a empresa se encontra em continuidade e que irá continuar com a sua atividade no futuro.

2.3. Documentos de Prestação de Contas

De acordo com Borges *et al.* (2007:25) as “demonstrações financeiras são quadros e notas informativas, relativos a um determinado período temporal, que contêm elementos quantitativos e qualitativos decorrentes do processo contabilístico aplicado pela entidade”.

De acordo com Borges *et al.* (2010), estes consideram que as operações de fim do período são todos os registos contabilísticos não correntes, onde estão incluídos o apuramento de resultados, a elaboração dos documentos de prestação de contas, tais como: o Balanço, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de Caixa, o Anexo e os outros documentos que podem ser exigidos em termos de relato e divulgação.

Baseando-se na NCRF 1 e NCRF 2, as demonstrações financeiras são analisadas e interpretadas em conjunto, com o objetivo de obter uma leitura mais ampla e completa do relato financeiro da empresa, sendo que funciona como forma de suporte para a tomada de decisão. Por outro lado, Lopes (2013) menciona que as demonstrações financeiras procuram fornecer informação a nível económico, financeiro e fiscal que seja essencial para a tomada de decisões.

Contudo, as operações de fim do período devem ter em conta duas óticas: a primeira diz respeito à sequência das operações e registos que se devem realizar; a segunda ótica é sobre os documentos a desenvolver que foram referidos anteriormente.

Em relação à sequência, as operações de fim do período têm como ponto de partida as informações que são fornecidas pelo balancete de verificação no fim de cada período e pela inventariação do património da empresa.

Quanto à elaboração das demonstrações financeiras, estas são processadas a partir dos elementos fornecidos e registados na contabilidade. Apesar destes documentos terem sido mencionados no capítulo anterior, será neste capítulo que se vai proceder à análise de cada documento de prestação de contas.

2.3.1. Balanço

Segundo Borges *et al.* (2010), o Balanço tem como finalidade proporcionar informação sobre a posição financeira da empresa, essa informação pode ser estruturada em quatro vertentes, ou seja, pelos recursos económicos, pela estrutura financeira, pela liquidez e solvência e pela capacidade de se adaptar às alterações no ambiente. Esta demonstração tem os seguintes elementos: o ativo, passivo e capital próprio. Contudo, o ativo pode ser classificado como ativo corrente e ativo não corrente, de acordo com os critérios referidos na NCRF 1, §14, bem como o passivo pode ser classificado como passivo corrente e passivo não corrente tendo por base os critérios da NCRF 1, §17.

2.3.2. Demonstração dos Resultados

De acordo com Borges *et al.* (2010), observa-se que a informação obtida da demonstração de resultados serve essencialmente para analisar a performance da empresa, como se determina os resultados e a forma como foram adquiridos. Torna-se uma demonstração vantajosa, pois consegue-se saber se a empresa tem capacidade de gerar fluxos de caixa a partir dos recursos que alcança. A apresentação desta demonstração financeira é sob a forma de um quadro alfanumérico que contém uma informação sobre os rendimentos e os gastos que a entidade gera. Os dois modelos de apresentação são: a demonstração de resultados por naturezas (onde dá importância nas naturezas dos gastos) e a demonstração de resultados por funções (relevância nas funções empresariais).

2.3.3. Demonstração dos fluxos de Caixa

Borges *et al.* (2010) afirma que quando existe uma alteração na posição financeira, a Demonstração dos fluxos de Caixa é vantajosa para avaliar as atividades de investimento, financiamento e resultados operacionais. Assim, trata-se de um documento que dá a informação contabilística de como é que a empresa gera e utiliza o seu capital. É um quadro informativo que costuma responder às questões dos responsáveis da empresa de modo a saber as origens e os destinos do capital. Contudo, os conceitos e definições desta demonstração financeira constam na NCRF 2. Lopes (2013) indica que esta demonstração comprova as alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa, onde se identifica as

entradas e saídas do período nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

2.3.4. Demonstração das alterações no Capital Próprio

Sobre a demonstração das alterações no Capital Próprio, oferece a informação sobre pormenores das alterações que vão acontecendo no capital próprio, mais concretamente quais foram os resultados gerados e as reservas que podem ser distribuídas (Borges *et al.*, 2010). A apresentação desta demonstração financeira é sob a forma de uma matriz em que combina a informação em linha com a informação em coluna, ou seja, a informação que consta nas colunas é relacionado com os itens do capital próprio que se encontra ilustrado no modelo do balanço e a informação nas linhas são os acontecimentos que podem gerar as alterações no capital próprio.

2.3.5. Anexo

Em relação ao Anexo, Borges *et al.* (2010) menciona que este documento relaciona-se com a informação que consta das demonstrações financeiras referidas anteriormente. A informação vai ser qualitativa e é apresentada numa forma narrativa, sendo que se articula com as componentes das demonstrações financeiras tendo por base uma coluna que está no modelo das demais componentes das demonstrações financeiras. Por outras palavras, este documento trata de divulgações de natureza diversa, sendo que se apresenta sob forma sistemática e com referências cruzadas, e têm como intuito assegurar as características da informação financeira, nomeadamente a compreensibilidade (Lopes, 2013).

2.3.6. Relatório de Gestão

De acordo com Borges *et al.* (2010), estes referem que apesar de a elaboração do relatório de gestão ser feita pelos gestores e o documento não ser contabilístico, este torna-se importante para a contabilidade, pois a informação é relevante. Para a sua elaboração é necessário basear-se na legislação, ou seja, de acordo com o artigo 66º do CSC, os relatórios de gestão devem obedecer aos critérios mencionados no artigo bem como ter em conta alguns indicadores financeiros e económicos de forma a mostrar a situação da

empresa, como é que esta tem evoluído e como é que os gestores estão a gerir de modo a conseguir tomar as melhores decisões.

CAPÍTULO 3 – A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS NA TOMADA DE DECISÃO

3.1. Enquadramento

Para o desenvolvimento deste capítulo torna-se relevante mencionar que a gestão financeira, segundo Medina (2010), tem como finalidade gerar as tarefas que fazem parte da função financeira, essas tarefas dizem respeito à previsão dos acontecimentos, sendo que a tomada de decisões resulta em atos executivos, na organização e coordenação dos recursos materiais e humanos e na verificação do cumprimento de tarefas. Tem como objetivo minimizar os custos financeiros assegurando a liquidez a curto prazo, baseando-se nos objetivos e estratégias da empresa. Esta definição atua no sentido de definir a estrutura mais adequada à empresa tendo o máximo de rentibilidade, mantendo e promovendo o reforço nos seus ativos.

Com a crise financeira que, hoje em dia, as sociedades enfrentam, torna-se importante a realização de análises económico-financeiras com o intuito de determinar as suas competências, capacidades e potencialidades para que as empresas consigam alcançar os seus objetivos. Assim, apesar das empresas estarem em constante mudança, a análise financeira, num determinado período, é fundamental visto que se tem em consideração as expectativas e as respetivas decisões a efetuar (Encarnação, 2009).

A análise financeira, segundo Silva (2008), deve basear-se na situação dos dados financeiros, dos períodos económicos e das condições internas e externas que afetam uma determinada empresa, a nível financeiro. Para Neves (2009), a análise financeira torna-se num conjunto de técnicas destinadas a disponibilizar informações sobre a situação económica, financeira e monetária das empresas por um ou mais períodos, onde o objetivo é retirar a informação contabilística e financeira, no sentido de observar se os meios financeiros são adequados às necessidades ou se dispõe desses meios sem criar relações de dependência perante terceiros (equilíbrio financeiro) bem como também verificar a existência da capacidade em gerar valor ou rendimento de modo a satisfazer os utilizadores interessados na organização para garantir a sobrevivência ou expansão da empresa (rentibilidade e/ou produtividade).

A análise económica e financeira é constituída por quatro fases, sendo que na primeira fase recolhe-se toda a informação relevante das demonstrações financeiras e outros documentos para a análise. A fase seguinte diz respeito à com a preparação, é nesta fase que se verifica a veracidade dos valores que constam nos mapas contabilísticos e onde se organizam os valores contabilísticos mais relevantes. Logo a seguir, procede-se à análise dos dados que se vão ser interpretados através de um conjunto de instrumentos como a análise dos mapas financeiros e a respetiva análise dos indicadores relevantes. Após essa análise retira-se as conclusões, onde se indica as medidas corretivas e as recomendações (Medina, 2010).

Os autores Carvalho e Magalhães (2002) e Neves (2012) indicam que a análise dos indicadores económico-financeiros é a técnica mais utilizada no processo de análise do desempenho da empresa. Com este método, permite auxiliar os utilizadores a observar a evolução da situação económico-financeira de uma empresa, tendo por base a informação contabilística que consta no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração dos fluxos de caixa ou de outros documentos contabilísticos para que sejam realizados os devidos cálculos matemáticos de modo a que se efetue o procedimento de análise.

De acordo com Cohen (1996), os interessados na situação financeira das empresas seriam os bancos e alguns operadores ou observadores especializado, que solicitam as demonstrações financeira com o objetivo de dar ou não a concessão de empréstimos, uma vez que hoje em dia, existem mais investidores interessados em saber, sob a forma explícita e implícita, como é o desempenho e a situação financeira das empresas. No entanto, Soares *et al.*, citado por Medeiros *et al.* (2012), mencionam que o apuramento dos resultados e as demonstrações financeiras não são suficientes, visto que, os diversos utilizadores necessitam de informações específicas para satisfazer as suas necessidades e obter a informação sobre a situação da empresa.

Para Gitman (2010), a análise dos indicadores não está relacionada com o método e o cálculo de um índice, porque o mais importante para uma empresa é a sua interpretação de forma a compreender, analisar o desempenho de uma determinada empresa. Segundo Neves (2012), muitos analistas erram ao pensar que se deve analisar e interpretar um grande número de indicadores económico-financeiros, e que desta forma esse grande número de indicadores se traduz numa análise da empresa com qualidade e próxima da

realidade. Para evitar essa situação, os analistas devem escolher os indicadores a analisar e isso depende dos objetivos que se pretende revelar ou medir.

Neves (2009) refere que os índices são relações entre as contas ou grupo de contas nas demonstrações financeiras, com a finalidade de obter uma visão vasta da situação económica ou financeira de uma empresa, o desempenho, os pontos fortes e fracos, adequação das fontes às aplicações de recursos, evidências de erros na gestão, avaliação de soluções económico-financeiras futuras, entre outras.

Passaia *et al.* (2011) realizou um estudo que consistiu na análise e apresentação dos indicadores financeiros que auxiliam o gestor na tomada de decisão. Para este estudo foi necessário utilizar a metodologia do estudo caso de modo a analisar as principais demonstrações financeiras como o balanço e a demonstração dos resultados de uma empresa. Os resultados obtidos demonstraram que com a análise das demonstrações financeiras consegue-se retirar toda a informação importante para os indicadores económico-financeiros que contribui para a tomada de decisão. Assim, os indicadores elaborados à empresa em estudo comprovou que a empresa melhorou a liquidez geral, em relação à estrutura de capital teve-se em consideração o capital de terceiros, porque o valor que se obteve foi elevado, relativamente ao indicador do endividamento, este mostrou que 52% dos capitais de terceiros são superáveis em curto prazo, o que significa que a empresa apresentou algumas dificuldades em liquidar as suas obrigações devido ao facto de não ter tempo suficiente para gerar os recursos.

No entanto, Lima e Lima (2013) desenvolveram um estudo com o objetivo de demonstrar a importância da análise das demonstrações financeiras como instrumento de gestão financeira e propor aos gestores que a análise dos indicadores económico-financeiros é uma ferramenta importante para gerir os seus negócios. A metodologia utilizada foi através de um estudo caso de uma empresa do setor de calçado e realizou-se a interpretação e a comparação dos dados das demonstrações financeiras bem como a elaboração dos cálculos dos indicadores financeiros por meio da análise horizontal no período de 2009 até 2011. Como tal, para este autor, torna-se importante transformar os dados das demonstrações financeiras em informações úteis, através da utilização dos indicadores económico-financeiros, para que auxilie os gestores na tomada de decisão. Com os indicadores analisados, a empresa em estudo, no período estipulado, demonstrou que tem tido uma

evolução positiva, ou seja, a empresa encontra-se sólida perante os indicadores de capacidade de pagamento bem como os indicadores ilustram que existe uma redução no financiamento de ativos. Em relação aos indicadores de endividamento, esta empresa opta pelo curto prazo. Finalmente, no que diz respeito à rentabilidade, a empresa obteve uma evolução significativa na margem de lucro, nos retornos existe uma ligeira redução sobre o património e o retorno sobre os investimentos manteve-se constante.

Cantoni e Silvi (2007) desenvolveram um estudo que teve como finalidade analisar e comparar os obstáculos sobre a capacidade informativa dos rácios na projeção futura de resultados e teve por base uma abordagem sobre o desempenho financeiro e da avaliação de risco em duas extensões: a rentabilidade (lucros, fluxos de caixa e crescimento) e responsabilidade financeira (situação, estrutura de capital e liquidez). Para este estudo utilizou-se o método de análise em painel com 76 empresas italianas e os resultados obtidos demonstraram que uma combinação linear das relações em alguns aspetos como a responsabilidade, liquidez e estrutura de capital e dos indicadores relativos ao crescimento, obtenção de lucros e fluxo de caixa que mostram informação relevante na identificação dos problemas financeiros futuros.

Neste contexto, de acordo com Neves (2009), o rácio é uma técnica que é mais utilizada na análise financeira que compara resultados económicos e/ou financeiros, sendo que pode assentar numa análise estática (comparação dos resultados económicos e financeiros com os de setor de atividade) ou numa análise dinâmica (compara os balanços ou a análise do mapa de origens e aplicações de fundos ou a análise da estrutura da demonstração dos resultados).

Os financeiros da empresa, segundo Neves (2009), refere que são pessoas que sabem lidar com os números, sendo que existe rácios e um conjunto de algoritmos que são interpretados para saber a evolução e situação da empresa. No entanto, de acordo com Brealey *et al.* (2007), os rácios financeiros são uma ferramenta prática para fazer uma síntese de um grande número de dados financeiros e que serve ainda para comparar o desempenho económico-financeiro das empresas. Os rácios são instrumentos que auxiliam a obter as questões certas, mas, por vezes, não fornecem as respostas devidas.

Assim, Neves (2009) indica que existem cinco tipos de rácios, sendo eles:

- Rácios financeiros - são indicadores que dizem respeito aos aspetos financeiros da empresa, ou seja, a estrutura financeira, a capacidade de endividamento, o endividamento, a solvabilidade e a autonomia financeira.
- Rácios económicos – são indicadores que pretendem revelar aspetos da situação económica da empresa, como a estrutura de custos, a estrutura dos proveitos, as margens, a capacidade de autofinanciamento, entre outros.
- Rácios económico-financeiros – são indicadores que abordam os aspetos económico-financeiros, como a rendibilidade dos capitais, as rotações dos diferentes elementos do ativo, etc.
- Rácios de funcionamento - são indicadores que auxiliam na justificação dos impactos financeiros de gestão relativo ao ciclo de exploração. Os rácios deste tipo relacionam-se com os prazos médios de recebimento e pagamento, da duração média de inventários, entre outros.
- Rácios técnicos – são indicadores relacionados com a produção e as atividades em geral, onde se expressa em unidades físicas ou comparando unidades económico-financeiras com unidades físicas. Analisa-se o rendimento do equipamento, a produtividade da mão-de-obra, entre outros.

No entanto, existe algumas limitações sobre a técnica dos rácios, pois esta técnica é utilizada com alguma frequência, sendo que é necessário ser usado com prudência, onde a conclusão pode ser pouca significativa ou incorreta (Neves, 2009). As limitações são:

- Os rácios são tratados como dados quantitativos, mas deve-se ter em consideração os fatores qualitativos como é o caso da ética, a motivação, a qualidade dos gestores, entre outros;
- As decisões efetuadas a curto prazo pode afetar as demonstrações financeiras e os rácios que estejam relacionados, onde se pode dar o caso de haver eventuais incorreções e erros;
- As empresas do mesmo setor comparam entre si os rácios, mas estas podem ser distorcidas pelas diferenças que existe nas práticas de contabilidade das empresas, pois tendo em conta a normalização existente, poderá existir algumas liberdades em

alguns critérios por cada empresa (depreciações e amortizações, provisão, entre outros);

- Não existe um conceito normalizado a nível nacional e internacional de cada rácio. Assim sendo, os analistas podem calcular o mesmo rácio com valores diferentes, ou seja, tudo depende de alguns fatores como as reclassificações que cada empresa realiza e da forma como cada um constrói o rácio.
- A contabilidade é realizada através de custos históricos, onde a inflação que existe na economia acaba por afetar as empresas de várias maneiras, desta forma a comparação entre os diferentes períodos poderá ficar prejudicada.
- Quando se faz um apuramento, um rácio por si só não tem significado para analisar. Assim, o rácio ideal para uma determinada empresa deverá abordar o estado da economia, da indústria em que trabalha e da estratégia em que a empresa segue. Assim conclui-se que os rácios devem ser analisados de acordo com um contexto.
- A análise de rácios é baseada nos dados publicados e na comparação da empresa, sendo que diz respeito à investigação de conhecimento sobre o passado. O analista que tenha o objetivo uma perspetiva de futuro deve ter atenção as conclusões sobre o passado, pois esta situação vai refletir na situação atual ou futura.

Um outro estudo é elaborado por McLeay e Stevenson (2006) que se baseia na utilização dos rácios financeiros e tem como objetivo comparar a performance das empresas com os seus concorrentes e também compreender a relevância de um determinado indicador financeiro, demonstrado em unidade métrica, analisando se este é moderado para realizar uma análise de uma forma adequada e comparar as suas tendências financeiras entre empresas. Este estudo teve por base variáveis como o capital próprio, ativo, passivo, vendas/volume de negócios e gastos totais, tendo em conta que estas foram consideradas as mais importantes em termos financeiros e de relato. Ao juntar algumas dessas variáveis deparou-se com a existência de um indicador financeiro importante para os *stakeholders* designado por “*Return on Equity*”. Com este estudo concluiu-se que as propriedades dos rácios financeiros são variáveis correlacionadas e se existir efeitos de cointegração pode fazer com que haja uma decadência com uma maior rapidez. Num determinado período de tempo, se uma empresa estiver num processo de alteração de estrutura financeira ou operacional, as variáveis podem crescer uma taxa superior ou inferior à empresa como um todo. Contudo, o rácio financeiro pode ser decidido pela variação moderada em torno de

um valor esperado, e essa relação pode ser demonstrada por um modelo estatístico proporcional ao crescimento na empresa.

Ponikvar *et al.* (2009) realizaram um estudo com a finalidade de investigar o impacto da taxa de crescimento em relação aos indicadores e medidas de desempenho bem como verificar se os indicadores e medidas financeiras e não financeiras fornecem informações úteis para os gestores tomarem as suas decisões. Para a elaboração deste estudo foi necessário utilizar a análise de dados em painel a empresas industriais no período de 2001 a 2005. Os resultados obtidos ilustram que os gestores com os indicadores e medidas de desempenho conseguem obter informação importante para a tomada de decisão. Numa situação em que existe um crescimento na empresa, os gestores devem ser rápidos a agir de modo a conseguirem aumentar a rentabilidade e diminuir eventuais custos que afetem a atividade da empresa. Os resultados também indicam que, no processo de tomada de decisão, os gestores devem ter em consideração as diferenças do custo do trabalho dependendo da dimensão da empresa. Assim, os indicadores de desempenho devem ser específicos para cada setor, como a adesão da indústria de uma empresa é importante no caso do custo do trabalho, da liquidez, dos dias de inventário, dias de contas a pagar, relação de contas a receber e a pagar, o custo da dívida e o custo do negócio. Por fim, com este estudo também concluíram que os gestores devem basear-se nas características da empresa e dos seus concorrentes de forma a tomar as suas decisões com as medidas e indicadores de desempenho mais adequados.

3.2. Descrição dos Indicadores

Segundo Neves (2009), deve-se arranjar uma classificação útil e que seja satisfatória, de modo a que seja adequada às preocupações da análise a realizar. No entanto, essa situação torna-se difícil, no sentido em que os rácios envolvem-se, em conjunto, e tem diversas classificações. Assim, os analistas financeiros avaliam os indicadores financeiros de rentabilidade, solvabilidade, autonomia financeira, endividamento e liquidez, entre outros.

De acordo com Cohen (1996), os rácios referidos anteriormente são considerados os mais importantes e úteis para a maioria dos utilizadores da informação financeira, e estes devem ser tomados em consideração no processo de tomada de decisões de investimento, de

concessão de crédito e na comparação de rácios entre empresas do mesmo setor em mercados nacionais e internacionais.

Os indicadores supra mencionados serão descritos com maior detalhe neste capítulo, para Neves (2009), estes rácios são utilizados pelos utentes das demonstrações financeiras no sentido em que estes conseguem analisar a rendibilidade e retorno do investimento, da capacidade de uma determinada empresa em assumir as obrigações e cumprir os compromissos, de suporte da tomada de decisão por parte dos gestores. Assim, a análise torna-se um processo importante no que diz respeito ao suporte de decisões essenciais para a atividade de uma sociedade quer sejam externas (banco, clientes, fornecedores) ou internas (gestores para a tomada de decisão e comparabilidade) ou investidores (investimento, retorno).

3.2.1. Rácios de Rendibilidade

De acordo com Neves (2009), o rácio de rendibilidade é representado em percentagem, e relaciona os fundos gerados pela empresa depois de renumerar os diversos fatores produtivos e liquidar os impostos que incidem sobre o rendimento das empresas com os fatores que determinam a eficiência na utilização dos recursos da empresa.

Numa ótica de curto prazo, este indicador apresenta o sucesso da gestão da empresa, isto é, da capacidade de gerar um excesso económico com a sua atividade.

Existe alguns rácios de rendibilidade, como por exemplo:

Rendibilidade das vendas

É um rácio que verifica a relação entre os resultados e as vendas. Tendo em conta o tipo de numerador, consegue-se obter uma diferente noção de rendibilidade das vendas (Neves, 2009). Assim, existe três tipos de rendibilidade que são:

- Margem de contribuição das vendas
- Rendibilidade operacional das vendas
- Rendibilidade líquida das vendas

Rendibilidade dos Capitais Próprios

Segundo Neves (2009), este rácio também é designado como ROE (*Return On Equity*), é um indicador na ótica do acionista, no sentido em que permite medir a rendibilidade dos capitais investidos. Assim, pode ser utilizado como objetivo de gestão da empresa. Este indicador também possibilita uma comparação das taxas de rendibilidade do mercado de capitais com a rendibilidade do capital próprio, tendo por base o custo do financiamento. Sendo assim, com este indicador também é possível verificar a capacidade de autofinanciamento, ou seja, quando maior foi o valor da rendibilidade melhor será a solvabilidade da sociedade.

Este indicador, de acordo com Nabais e Nabais (2004), é mais utilizado pelos bancos, investidores ou agentes externos à empresa, visto que quanto maior o valor que este rácio obtiver mais atrativa a empresa será.

Rendibilidade do Ativo

A rendibilidade do ativo também denominado como taxa de retorno dos capitais investidos na empresa tem a finalidade de verificar a capacidade do ativo da empresa em obter lucro. É um indicador que avalia o desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independentemente da sua origem (Neves, 2009).

Ao calcular este rácio, o valor poderá ser vantajoso na medida em que fornece uma definição da estrutura de capitais ou do endividamento das empresas.

3.2.2. Rácios de Estrutura de Capital e de Cobertura

De acordo com Cohen (1996), este indicador serve para avaliar a forma de financiamento da empresa, através de capitais próprios ou capitais alheios. Também se consegue observar se a empresa tem capacidade de responder às suas responsabilidades de médio e longo prazo e ainda avaliar o risco de insolvência a longo prazo.

Autonomia Financeira

Segundo Cohen (1996) e Moreira (2001), a autonomia financeira é um indicador (para curto prazo) com o objetivo de avaliar a capacidade da empresa em financiar os ativos, através dos capitais próprios e sem ter necessidade de recorrer a financiamentos externos.

O resultado deste rácio varia entre 0 e 1 e deve ser analisado em conjunto com o indicador de endividamento. Na prática, se este indicador apresentar um valor baixo significa que a empresa tem uma grande dependência relativa aos credores, o que além dos riscos inerentes tornar-se-á desvantajosa no que diz respeito a negociações de novos financiamentos. Por outro lado, se o resultado for próximo de 1 significa que existe pouca dependência da empresa a capitais alheios, é como consequência irá existir valores mais baixos nos encargos financeiros (Cohen, 1996).

Solvabilidade

Este indicador, de acordo com Cohen (1996:34), tem a seguinte definição: “a solvabilidade de uma empresa ou de qualquer outro agente económico define-se como a capacidade em assegurar a liquidação dos seus débitos nas datas dos respetivos vencimentos”.

Este rácio está dependente do grau de cobertura do ativo por capitais próprios e da capacidade da empresa gerar os seus lucros e o nível do passivo. Quando o resultado deste indicador é 1 pode-se depreender que o capital próprio é semelhante ao valor do passivo, ou seja, a empresa dispõe de capitais suficientes para envolver todos os créditos adquiridos. Por outro lado, se o indicador for inferior a 0,5 pode-se deduzir que existe uma grande dependência da empresa nos seus credores, desta forma existe uma fragilidade económico-financeira acentuada e um enorme risco para os seus credores (Cohen, 1996).

Cobertura do Investimento e de Encargos Financeiros

O indicador de cobertura de investimento indica se a sociedade está a financiar os seus investimentos ao recorrer aos capitais permanentes. Normalmente, este indicador deve obter um resultado superior a 1, mas é necessário avaliar as características da atividade da empresa de modo a constituir as suas necessidades de investimento em fundo de maneo.

Em relação ao indicador de cobertura de encargos financeiros, este possibilita a medição do grau com que a atividade de exploração consegue encobrir os encargos financeiros da empresa (Neves, 2009). Assim, quanto mais elevado se encontrar este rácio, maior a probabilidade de que a componente de exploração produza dinheiro para cumprir as obrigações financeiras.

3.2.3. Rácios de Endividamento

De acordo com Neves (2009), estes rácios são utilizados para fazer a análise de crédito, é neste rácio que se identifica as dívidas que a empresa contraiu e quais as implicações que irá ter na exploração da empresa. Assim, com este indicador também se torna possível determinar o nível de utilização dos capitais alheios da empresa e a dependência de terceiros, as variações dos mercados capitais e a capacidade da empresa cumprir os seus compromissos financeiros, entre outros.

Capacidade de Endividamento

O rácio da capacidade de endividamento torna-se um bom indicador, quando o resultado for igual ou superior a 2, sendo que os capitais permanentes (Capital Próprio + Passivos não correntes) devem ser o dobro das dívidas a terceiros de M/L prazo/passivos não correntes.

Endividamento

O rácio de Endividamento vai medir o peso dos capitais alheios, estes são capitais que a empresa recorre, tendo em conta o total do ativo e/ou Capital que faz com que se consiga avaliar o grau de dependência e o risco. O valor pode variar entre o 0 e o 1, onde o 0 designa uma situação em que a empresa não tem qualquer obrigação com terceiros e o 1 designa uma situação em que os capitais próprios da empresa são nulos. Se existir uma situação em que o rácio de endividamento apresente um valor superior a 1 significa que o capital próprio se encontra com valores negativos o que poderá conduzir à insolvência da empresa.

Debt-to-Equity

O indicador *Debt-to-Equity* é utilizado para investigar a relação entre as dívidas e os capitais próprios. Este rácio prende-se com a maturidade dos financiamentos de capital alheio obtido. Os financiamentos de médio e longo prazo são considerados como os mais fixos, sendo que estes financiamentos atingem um nível de risco mais elevado para o credor e, normalmente, são acedidos por instituições financeiras e de locação financeira, e rendem juros periodicamente. Relativamente aos financiamentos de curto prazo, estes são disponíveis num período inferior a um ano, são consideradas de menor risco, pois estes não têm encargos financeiros nas situações de créditos de fornecedores, dívidas ao estado, entre outros.

3.2.4. Rácios de Liquidez ou de Situação Financeira

Conforme mencionaram Neves (2009) e Gitman (2010), estes tipos de rácio têm o objetivo de avaliar a capacidade da empresa em cumprir os seus compromissos financeiros de curto prazo, ou seja, analisam as situações de cumprimento das obrigações em termos financeiros num prazo inferior a 1 ano.

Liquidez Geral

A liquidez geral tem a finalidade de comparar a capacidade da empresa em efetuar liquidez, com as dívidas de curto prazo bem como comparar a capacidade da empresa recompensar o seu passivo de curto prazo com o ativo de curto prazo (Carvalho e Magalhães, 2002; Ferrari, 2009)

Quando o valor deste rácio for superior a 1, a empresa tem uma boa situação financeira a curto prazo, mas existe alguns autores, que mencionam que o valor deve ser superior a 2. No entanto, existe alguns fatores que pode influenciar os resultados e a sua interpretação, como é o caso do setor em que a empresa se encontra inserida, os aumentos de capital realizados e o investimento (Neves, 2009).

Liquidez Reduzida

Este indicador, segundo Carvalho e Magalhães (2002), permite saber qual a capacidade da empresa em dissolver os seus compromissos de curto prazo, tendo em conta as suas disponibilidades e créditos sobre terceiros, considerando que nem todos os ativos correntes são facilmente transformados em disponibilidades (Ribeiro, 2009)

A diferença entre a liquidez geral e a liquidez reduzida está interligada com este último indicador, o que possibilita analisar o efeito do peso dos inventários nos capitais circulantes. Para interpretar este rácio, o valor deve ser 1, mas se existir situações em que o valor seja inferior, significa que a empresa cumpre com os seus compromissos. No entanto, se o rácio for superior a 1, este revela que a empresa tem uma excelente capacidade de realizar liquidez para cumprir com as responsabilidades assumidas.

Liquidez Imediata

Segundo Carvalho e Magalhães (2002) e Ferrari (2009), este rácio tem como objetivo medir a capacidade da empresa em liquidar os seus compromissos de curto prazo de acordo com as disponibilidades existentes, importa referir que o seu valor ideal provém das necessidades de tesouraria essenciais à atividade de cada empresa.

Por norma, este rácio tende a ter valores de zero, pois as empresas costumam ter uma tesouraria nula, no sentido em que os recebimentos são iguais aos pagamentos no período e também porque não existem valores elevados movimentados em disponibilidades.

Torna-se possível melhorar a liquidez de uma empresa, sem necessitar do crédito bancário, se a empresa conseguir obter uma boa estrutura financeira que poderá resultar na diminuição do prazo médio de recebimento de clientes e do prazo médio de armazenagem (rotação de *stock*) e ainda no aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores.

3.2.5. Indicadores de Desempenho baseado na Criação de Valor

Neves (2012) menciona que o papel fundamental dos gestores é a Criação de Valor. Assim, a avaliação do desempenho dos gestores de acordo com o valor criado para os

sócios/acionistas torna-se num fator de motivação e orientação das decisões bem como uma ferramenta de atração de quadros com perfil mais empresarial e menos burocrático.

Assim, alguns indicadores com base na criação de valor são os seguintes:

Valor Económico Criado (VEC)

Brealey *et al.* (2007) são de opinião que o Valor Atual Líquido (VAL) é um indicador que traduz as melhores decisões de investimento do que outro tipo de critério de avaliação. Assim, nesta situação, o método de análise financeira histórica (VEC) é equivalente ao VAL que se utiliza na análise de projetos de investimento. Enquanto no VAL, os fluxos de caixa atualizam-se para a data de início do projeto, no VEC capitalizam-se para o último ano de análise. No entanto, a data do cálculo não é importante para a conclusão, mas a escolha resultante do valor obtido tornar-se-á mais compreensível para o analista por ser mais próximo do momento presente. O resultado do VEC permite demonstrar se a gestão da empresa tem criado ou destruído valor.

Taxa Interna de Rendibilidade Efetiva (TIRE)

Este indicador pode ser calculado a partir da rendibilidade do capital investido, o cálculo pode ser obtido através de uma folha de cálculo. Assim, para que o cálculo da TIRE tenha alguma proximidade da realidade, é necessário que os gestores efetuem uma estimativa do valor económico dos ativos que gerem no início e no final do período de análise. Este procedimento é equivalente ao cálculo do investimento inicial e do valor residual nos projetos de investimento (Neves, 2012).

Market Value Added (MVA)

Segundo Neves (2012), o MVA é um indicador muito simples de calcular, no sentido em que calculado através da diferença entre o valor do mercado da empresa e o capital investido. Na situação em que o resultado é positivo significa que existe criação de valor, caso contrário vai significar que houve destruição de valor.

Economic Value Added (EVA)

Este indicador que também se pode denominar por resultado residual é a adaptação mais importante do conceito da rentabilidade do capital investido. Tem o objetivo de analisar o valor criado para o acionista. Com este método, a empresa é avaliada pelo resultado operacional depois da dedução do imposto de uma imputação para o custo dos capitais investidos (custo médio de capital).

Na perspetiva dos sócios/acionista, o EVA vai ser o resultado líquido deduzido da imputação do custo do capital próprio.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de explicar o método de trabalho efetuado, bem como apresentar os objetivos do estudo e as respetivas questões de investigação. Também se pretende analisar a forma como se utiliza a estratégia de pesquisa, bem como observar a recolha dos dados e os critérios a ter em consideração para constituir a amostra em análise, assim como o tratamento de dados.

4.1. Objeto e Questões de Investigação

Com este estudo, pretende-se entender qual a importância da informação contabilística nas Micro Entidades e PME. No entanto, conforme foi mencionado anteriormente, as demonstrações financeiras por si só não apresentam as informações que os utilizadores necessitam, pelo que para completar este estudo, torna-se necessário saber quais são os indicadores económicos e financeiros que são tomadas em consideração na tomada de decisão.

Com o intuito de cumprir estes objetivos, definiram-se três questões de investigação:

- Questão n.º 1: A informação contabilística que consta das demonstrações financeiras vai influenciar os gestores no processo de tomada de decisão?
- Questão n.º 2: Quais as demonstrações financeiras com maior relevância?
- Questão n.º 3: Na análise das medidas económico-financeiras, quais os indicadores de maior relevância que são utilizados no apoio à boa tomada de decisão?

4.2. Definição da Amostra e Recolha de Informação

Para responder às questões referidas no ponto anterior, este estudo focalizou-se nas Micro Entidades e PME. Contudo, importa definir em primeiro lugar o que se entende por Micro Entidade. Para tal, deve ter-se em conta o Decreto-Lei n.º 373/2007, de 6 de novembro, onde os critérios são os seguintes:

- Volume de negócios ou balanço total inferior a 2.000,00€;
- Número de trabalhadores inferiores a 10.

No caso de uma empresa ser PME, esta deve obedecer aos critérios previstos no diploma 2003/261/EC, de 6 de maio, no qual se define os seguintes critérios:

- Volume de negócios igual ou superior a 50.000,00€;
- Total de balanço igual ou inferior a 43.000,00;
- Número dos trabalhadores iguais ou inferior a 250.

No entanto, Russo (2009) indicou alguns aspetos que diferenciam as PME das grandes empresas. Assim, às PME são apontados os seguintes aspetos:

- Os gestores são confundidos com os sócios/acionistas;
- Geralmente, a estrutura hierárquica e organizacional é simples, visto que existe pouca ou nenhuma delegação de decisão por parte dos dirigentes;
- São empresas de capital fechado, não cotadas;
- Os recursos materiais, financeiros e humanos são escassos, o que limita no acesso de tecnologias e nos sistemas organizacionais mais dispendiosos, bem como na existência de dificuldades a nível de recrutamento de técnicos ou quadros profissionais mais especializados;
- O poder negocial torna-se reduzido diante das instituições financeiras, dos fornecedores e clientes de grande dimensão;
- Têm a área de operação na zona regional ou nacional, mas o contexto atual tem a ver com a globalização económica, sendo que muitas empresas pretendem iniciar ou reforçar a sua internacionalização.

A identificação dos respondentes ao nosso relatório foi analisado em conjunto com o orientador do relatório de estágio, e tem em consideração as questões de investigação, de forma a analisar a relevância da informação contabilística, que consta nas demonstrações financeiras, de modo a ver se influencia ou não a tomada de decisão e saber quais os melhores indicadores que auxiliam a tomada de decisão.

Assim, o universo deste estudo é constituído pelos clientes do gabinete de contabilidade *Artigo Sexto, Lda.*, visto que essas empresas correspondem ao que é pretendido, isto é, são empresas do tipo Micro Entidades e PME.

Numa primeira fase, as empresas foram contactadas com o intuito de serem informadas sobre o estudo a realizar de forma a colaborar no preenchimento de um questionário. Após o contacto e o consentimento do inquirido, os questionários foram enviados aos responsáveis da organização em formato digital. Assim, para mostrar credibilidade no questionário foi enviado aos inquiridos a identificação da instituição, os contactos, o objetivo de estudo, bem como a sua relevância.

4.3. Estratégia de Pesquisa

Como foi referido anteriormente, o instrumento de pesquisa para a elaboração deste estudo é o inquérito por questionário. Segundo Kumar (2012), um questionário tem o objetivo de elencar num conjunto de questões cujas respostas são registadas. Assim, para este autor, é importante que as questões sejam claras e fáceis de interpretação. Para além disso, a sequência das perguntas deve ser entendível e fácil de seguir.

O questionário pode ser adotado, em diversas situações, com o intuito de obter informação sobre um estudo de caso. De acordo com Major e Vieira (2009), o questionário tem como vantagem a comparabilidade e consistência nas questões colocadas e a desvantagem de não se tornar possível gerar novas questões e ideias. Relativamente à classificação, o nosso questionário é composto por questões fechadas, no sentido em que não existe a possibilidade do inquirido divulgar a sua opinião sobre outros assuntos (Major e Vieira, 2009).

Kumar (2012) também menciona as vantagens e desvantagens de um questionário. Segundo este autor, este instrumento permite poupar tempo e recursos financeiros, o que o tornará conveniente e barato. Por outro lado, existe um maior anonimato, pois não existe uma interação entre o inquirido e o responsável pelo estudo o que facilita a obtenção de respostas com informações mais exatas.

As desvantagens centram-se na sua aplicação limitada, no sentido em que a população a quem se destina o questionário pode sentir dificuldades na sua interpretação, sendo que se torna necessário uma informação simples. Geralmente, a taxa de resposta é baixa, visto que as pessoas não os devolvem o que faz com que o tamanho da amostra seja mais reduzido do que o previsto. Assim, para obter um índice de resposta satisfatória torna-se importante

informar os inquiridos através de carta ou via telefone sobre a finalidade e a relevância do estudo.

Relativamente ao questionário utilizado foi elaborado com o auxílio de um dos sócios da *Artigo Sexto, Lda.* o qual indicou as melhores perguntas a efetuar de modo a que se consiga responder às questões de investigação (Apêndice). No entanto, uma das questões foi adaptada de um artigo de Alves e Ussman (2006) e diz respeito à importância da informação financeira e não financeira. Essa questão é composta por algumas afirmações, pelo que foi solicitado aos inquiridos que selecionassem, numa escala de *Lickert* de cinco níveis progressivos, o grau de veracidade das afirmações no contexto da sua empresa.

O questionário é composto por quatro partes, sendo que:

- ✓ Parte I – Caracterização da empresa;
- ✓ Parte II – Utilização da informação contabilística nas PME;
- ✓ Parte III – Indicadores económico-financeiros para o auxílio da tomada de decisão nas PME;
- ✓ Parte IV – Caracterização do inquirido.

Em relação às questões que integram as partes II e III, os inquiridos além das questões fechadas, também encontraram questões em que tiveram de selecionar a sua resposta tendo por base uma escala de *Lickert* com cinco níveis progressivos de importância, concordância e utilização. Assim, a tabela seguinte evidencia a estrutura do questionário e as respetivas questões que constam em cada parte.

Tabela 3 - Estrutura e Questões do Questionário

Questões:	
Parte I – Caracterização da empresa	<ol style="list-style-type: none">1. Indique o ano da constituição da empresa;2. Indique qual a atividade principal da empresa;3. Classifique a empresa;4. A empresa é do tipo familiar?;5. Indique o número total de sócios da empresa;6. Qual é o número de trabalhadores na sua empresa?;

	<p>7. Indique que Normativo Contabilístico aplica na sua empresa;</p>
<p>Parte II – Utilização da informação contabilística nas PME</p>	<p>8. A execução da contabilidade da sua empresa é efetuado de forma internamente ou externamente;</p> <p>9. A informação contabilística é adequada e suficiente para a tomada de decisão?;</p> <p>10. Com que periodicidade essa informação é analisada;</p> <p>11. O relatório de gestão é um documento importante para a tomada de decisão. Na sua empresa, quem é que o elabora?;</p> <p>12. Grau de importância atribuído à informação retirada da contabilidade financeira na análise, no controlo, nas medidas corretivas, no apoio à decisão e na medição da eficácia e da eficiência;</p> <p>13. Tendo por base as diversas demonstrações financeiras, qual o grau de importância que atribui a cada uma delas no âmbito da tomada de decisão;</p> <p>14. Refira o grau de concordância, para cada uma das expressões, no âmbito da utilidade da informação financeira e não financeira;</p> <p>15. Antes de decidir realizar um investimento tem por base numa avaliação prévia a informação contabilística;</p> <p>16. A decisão de solicitar novos financiamentos às instituições financeiras ou considerar a entrada de novos capitais são baseadas numa avaliação prévia das demonstrações financeiras?;</p> <p>17. Em caso afirmativo, quais as demonstrações financeiras?</p>
<p>Parte III – Indicadores económico-financeiros para o auxílio da tomada de decisão nas PME</p>	<p>18. Utiliza indicadores económico-financeiros para efetuar a análise interna da empresa?</p> <p>19. Que tipologia de indicadores?</p> <p>20. Do grupo de indicadores económico-financeiros indique a periodicidade com que são calculados;</p>

Parte IV – Caracterização do inquirido	21. Género; 22. Idade; 23. Habilitações literárias; 24. Trabalha a empresa a tempo inteiro ou a tempo parcial; 25. Antiguidade na empresa;
---	--

Fonte: Elaboração própria

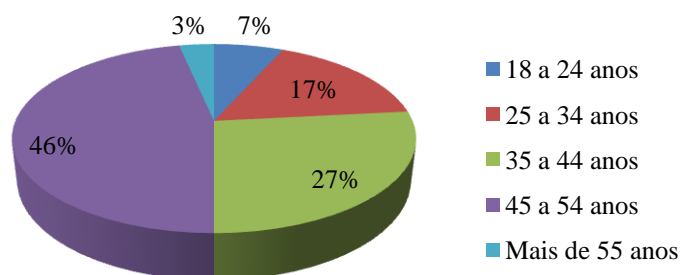
Após o questionário ter sido retificado e aprovado pelo orientador, o procedimento seguinte é a realização do pré-teste. Para Fortin (1996), representa um ensaio em que o instrumento de medida é testado antes do envio para os inquiridos, ou seja, o questionário foi previamente testado com pessoas dos meios académico e empresarial, de forma a observar se o mesmo é consistente e claro. Esta técnica serve para mostrar a perceção do questionário, eliminar ou acrescentar aspetos relevantes, de modo a que este seja claro e objetivo.

Os questionários foram todos enviados via *e-mail* durante o mês de dezembro de 2013 e foram todos devolvidos até meados de janeiro de 2014.

4.4. Caracterização da Amostra

Conforme mencionado anteriormente, o questionário foi remetido a 30 administradores/gerentes, sendo que estes são todos clientes da empresa *Artigo Sexto, Lda*. Relativamente aos inquiridos, a maioria destes executam as suas funções a tempo inteiro nas suas empresas na qual 9 dos administradores/gerentes trabalham nas empresas entre 1 a 5 anos (30%) e 12 administradores/gerentes trabalham há mais de 11 anos (40%). No que diz respeito à idade, 46% tinham entre 45 a 54 anos, como se pode observar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Caracterização da Amostra por Idade



Fonte: Elaboração própria

Em relação ao género, os respondentes são maioritariamente administradores/gerentes do sexo masculino (76,7%). No âmbito da atividade principal da empresa, cerca de 70% trabalha no ramo dos serviços, conforme ilustrado na tabela 4.

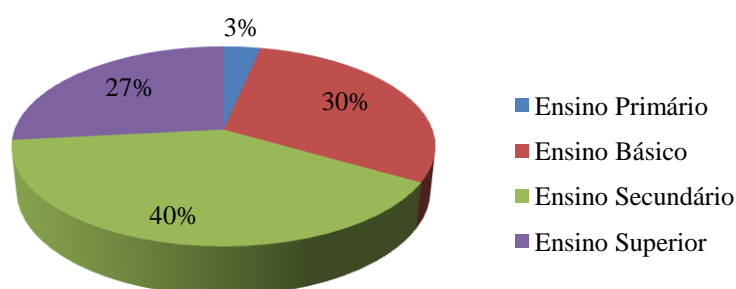
Tabela 4 - Tabela de Frequências da Atividade Principal de Empresas

	Frequência	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Agricultura e Pescas	1	3,3	3,3
Comércio	5	16,7	20
Indústria e Construção	3	10	30
Serviços	21	70	100
Total	30	100	

Fonte: Programa SPSS

Relativamente às habilitações literárias, 40% dos administradores têm o Ensino Secundário (Gráfico 4). Relativamente ao número de trabalhadores, os inquiridos têm ao seu dispor até 5 trabalhadores (40%) e entre 6 a 25 trabalhadores (36,7%).

Gráfico 4 - Caracterização da Amostra por Habilitação Literárias



Fonte: Elaboração própria

4.5. Tratamento dos Dados

Os dados codificados a partir dos questionários foram analisados através da aplicação de estatísticas descritivas. Assim, o programa estatístico utilizado é o SPSS (*Statistics Packages for Social Sciences*). As técnicas utilizadas para analisar a importância da informação contabilística e dos indicadores económico-financeiros no processo de tomada de decisão foram maioritariamente técnicas de estatística descritiva, designadamente frequências, tabelas de contingência e algumas medidas de associação.

CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com o intuito de alcançar o principal objetivo deste trabalho, neste capítulo é apresentada a análise das respostas ao questionário, que permitem confrontar as questões de investigação, e desta forma apurar se a informação contabilística, que consta das demonstrações financeiras, poderá influenciar os gestores no processo da tomada de decisão e quais as demonstrações financeiras com maior importância, bem como, saber quais os indicadores de maior relevância que devem ser utilizados para uma boa tomada de decisão.

Numa primeira fase, torna-se importante fazer uma caracterização das empresas que foram alvo deste estudo, onde se pode concluir que das 30 empresas que responderam, 14 foram constituídas entre o ano de 2000 até 2009 (tabela 5).

Tabela 5 - Ano de Constituição da Empresa

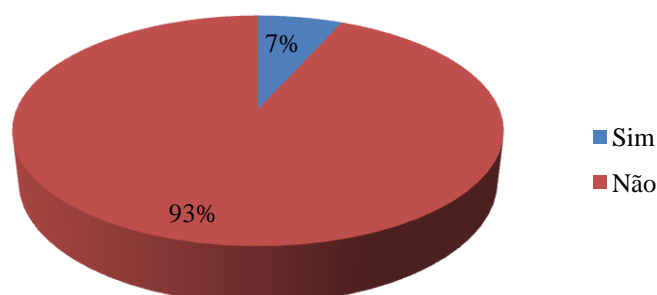
	Frequência	Percentagem Válida	Percentagem acumulada
Inferior a 1979	2	6,7	6,7
Entre 1980 até 1989	3	10	16,7
Entre 1990 até 1999	6	20	36,7
Entre 2000 até 2009	14	46,7	83,4
Superior até 2010	5	16,7	100
Total	30	100	

Fonte: Programa SPSS

No que concerne à classificação da empresa observamos que cerca de 76,7% são sociedades por quotas, em que, 63,3% destas têm dois sócios.

Ao analisar o gráfico 5, pode-se verificar que 93,3% das empresas não são do tipo familiar.

Gráfico 5 - A Empresa é do Tipo Familiar?



Fonte: Elaboração própria

Na questão “*Indique que Normativo Contabilístico aplica na sua empresa*”, 9 dos 30 administradores/gerentes responderam que utilizam o SNC, outros 9 administradores/gerentes indicaram que utilizam o NCRF-PE e os restantes mencionaram que a empresa aplica a Normalização Contabilística Microentidades (NCM).

As duas primeiras questões de investigação são relativas à informação contabilística que consta nas demonstrações financeiras e quais é que são consideradas com maior relevância para as empresas, respetivamente. Estas pretendem apurar se estes dados influenciam os inquiridos na tomada de decisão.

De forma a analisar algumas questões do questionário pode-se concluir que todas as empresas consideram que a informação contabilística é adequada e suficiente para a tomada de decisão. No entanto, a maior parte das empresas optam por executar a sua contabilidade de forma externa, sendo que a contabilidade de 4 empresas é realizada internamente.

Pela observação da tabela 6 pode-se concluir que a maioria dos inquiridos considera que a informação retirada da contabilidade financeira como análise, controlo, medidas corretivas, apoio à decisão e medição da eficácia e eficiência, importante.

Tabela 6 - Grau de Importância da Informação retirada da Contabilidade Financeira

	Frequência	Percentagem Válida
12.1 – Análise		
Importante	9	30
Significativamente importante	10	33,3
Muito importante	11	36,7
Total	30	100
12.2 – Controlo		
Importante	2	6,7
Significativamente importante	13	43,3
Muito importante	15	50
Total	30	100
12.3 - Medidas corretivas		
Importante	9	30
Significativamente importante	16	53,3
Muito importante	5	16,7
Total	30	100
12.4 - Apoio à decisão		
Importante	2	6,7
Significativamente importante	13	43,3
Muito importante	15	50
Total	30	100
12.5 - Medição da eficácia e da eficiência		
Importante	8	26,7
Significativamente importante	13	43,3
Muito importante	9	30
Total	30	100

Fonte: Programa SPSS

Os resultados obtidos ilustram que:

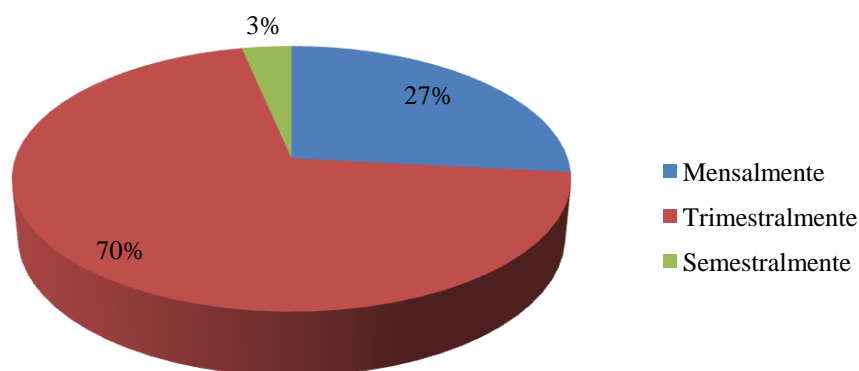
- A maioria dos inquiridos considera que o grau de importância retirada da contabilidade financeira é fundamental, sendo que os aspetos de controlo, medidas corretivas e na medição da eficácia e da eficiência são considerados

“Significativamente importante”, com uma percentagem de 50%, 53,3% e 43,3%, respetivamente.

- Para os inquiridos é considerado “Muito Importante” a análise (36,7%) e o apoio à decisão (50%), na medida em que se torna importante que as informações contabilísticas ilustrem como se encontra a empresa e que sejam devidamente analisadas de modo se possam tomar as decisões mais adequadas para que a empresa atinja todos os seus objetivos.

Relativamente à periodicidade em que a informação contabilística é analisada, os inquiridos têm essa informação trimestralmente de forma a verificar a situação em que se encontram as suas empresas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Com que periodicidade a informação contabilística é analisada (Questão 10)



Fonte: Elaboração própria

Sobre as demonstrações financeiras, conforme indicado na tabela 7, os respondentes selecionaram que o Balanço e a Demonstração de Resultados são as demonstrações financeiras mais importantes no processo de tomada de decisão, tendo como percentagem 53,4% e 56,7%, respetivamente.

Tabela 7 - Grau de Importância das Demonstrações Financeiras na Tomada de Decisão

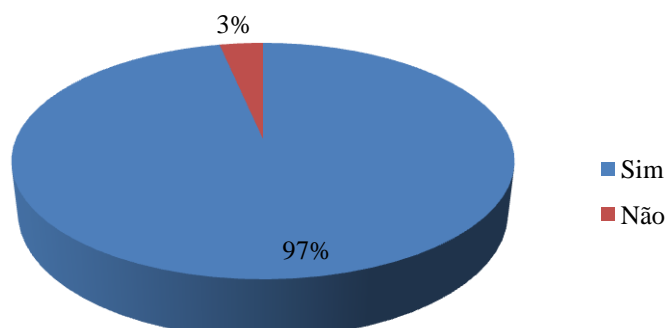
	Frequência	Porcentagem
Balço		
Não Sabe/Não Responde/Não aplicável	1	3,3
Importante	6	20
Significativamente importante	16	53,4
Muito importante	7	23,3
Total	30	100
Demonstração de Resultados		
Pouco importante	1	3,3
Importante	4	13,3
Significativamente importante	17	56,7
Muito importante	8	26,7
Total	30	100

Fonte: Programa SPSS

É ainda importante referir que relativamente à Demonstração das Alterações no Capital Próprio e dos fluxos de Caixa, como o gabinete de contabilidade não elabora estas demonstrações financeiras, 10 dos clientes do Artigo Sexto, Lda. “Não Sabe/Não Responde/Não Aplica”, e 12 inquiridos consideram que essas demonstrações financeiras não são nada importantes.

Todos os inquiridos responderam que, antes de decidirem realizar um investimento nas suas empresas têm em conta as demonstrações financeiras, bem como numa situação em que se torna necessário a obtenção de novos financiamentos ou considerar a entrada de novos capitais, os inquiridos igualmente consideram necessário, uma avaliação prévia, as demonstrações financeiras, conforme indicado no gráfico 7.

Gráfico 7 - A decisão de solicitar novos financiamentos ou a entrada de capital considera-se as demonstrações financeiras? (Questão 16)



Fonte: Elaboração própria

Assim, os inquiridos baseiam-se no Balanço, com uma percentagem de 93,3%, e na Demonstração de Resultados, com uma percentagem de 96,7%.

Conforme mencionado na parte I deste trabalho, o relatório de gestão é um documento com informação relevante para a tomada de decisão e, embora a sua elaboração seja da responsabilidade da administração/gerência da empresa, ao observar a tabela 8 pode-se concluir que 93,3% dos inquiridos responderam que quem elabora os relatórios são os TOC.

Tabela 8 - O Relatório de Gestão é um documento importante para a tomada de decisão. Na sua empresa, quem é que o elabora? (Questão 11)

	Frequência	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Gerência	1	3,3	3,3
TOC	28	93,4	96,7
TOC e Gerência	1	3,3	100
Total	30	100	

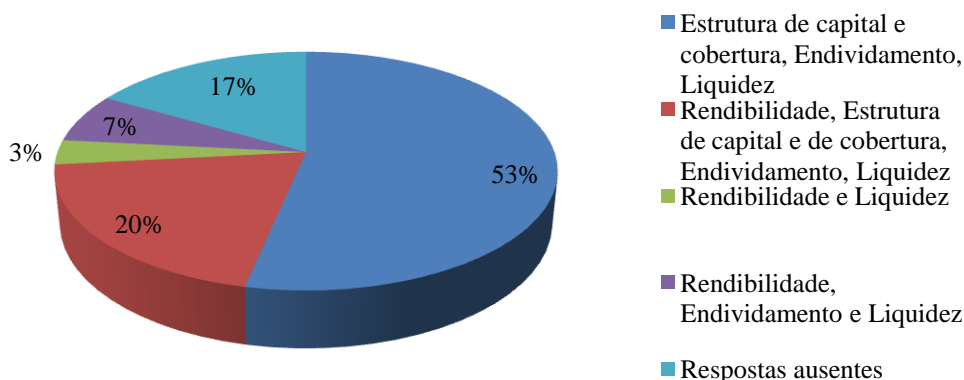
Fonte: Programa SPSS

Analisando o grau de concordância, onde é ilustrada a opinião dos inquiridos nas expressões, no âmbito da utilidade da informação financeira e não financeira, pode-se concluir que:

- Dos 30 inquiridos que responderam ao questionário, 14 discordaram (46,7%), no que diz respeito às informações financeiras e não financeiras originarem frequentemente dados contraditórios.
- A maioria dos inquiridos (mais de 90%) não concorda que a informação proveniente da contabilidade financeira é produzida mais com o intuito de satisfazer as necessidades dos credores (externos), do que satisfazer as necessidades internas da empresa, sendo que, hoje em dia, os administradores têm em conta os objetivos da empresa de forma a conseguir alcançá-los da melhor forma.
- A informação proveniente da contabilidade financeira permite apenas um controlo de muito curto prazo – alguns autores podem considerar que o impacto da informação seja de curto prazo, mas nas empresas inquiridas, 11 não discordam nem concordam e outras 11 concordam com esta expressão.
- A informação proveniente da contabilidade financeira é produzida sobretudo para cumprir os requisitos legais – também existem alguns autores que indicam que muitos gestores consideravam que a informação contabilística servia para cumprir os requisitos, mas 73,3% dos inquiridos não concorda com esta situação, o que prova que a informação financeira tem outras finalidades.

No que concerne à terceira questão de investigação, que está relacionada com a análise dos indicadores com maior relevância que devem ser utilizados para auxiliar uma boa tomada de decisão, verificamos através do gráfico 8, a maioria dos inquiridos (53,3%) selecionaram que a Estrutura de Capital e Cobertura, Endividamento e Liquidez como indicadores que têm uma maior importância. No entanto, dos 30 inquiridos, 5 indicaram que não utilizam os indicadores económico-financeiros para analisar de forma interna as suas empresas.

Gráfico 8 - Tipologia dos Indicadores



Fonte: Elaboração própria

Apesar de 5 inquiridos indicarem que não utilizam os indicadores económico-financeiros, os restantes inquiridos deram a sua opinião em relação à periodicidade em que são calculados. Assim, em relação aos indicadores financeiros, a maioria dos inquiridos concordam que indicadores como: a Dependência Financeira, o Fundo de Maneio e as Necessidades de Fundo Maneio, a Solvabilidade são utilizados com algumas vezes, sendo que cada indicador corresponde a 50%, 43,3% e 50%, respetivamente. Por conseguinte, os indicadores do grau de Endividamento (70%) e de Liquidez (63,3%) são o que têm sido utilizados com maior frequência.

Podemos ainda concluir que os inquiridos consideram o Autofinanciamento e/ou fluxos de caixa, os Prazos Médios de Pagamento e Recebimento e a Duração Média de Inventários como raramente utilizado.

Dos indicadores económicos mencionados, os inquiridos consideram que a maior parte destes nunca foram utilizados, sendo que os indicadores económicos referidos no questionário foram os seguintes: EVA, Grau Económico de Alavanca, Margem de Segurança, Ponto Morto Económico, Produtividade e Indicadores de Rendibilidade.

Por fim, sobre os restantes indicadores, os inquiridos também consideram que a maior parte destes nunca foram utilizados, à exceção da Margem de Lucro que é “Às vezes

utilizado” (60%) e a Evolução do Volume de Negócios que é “Raramente utilizado” (40%).

Testes de associação entre duas variáveis

Ao longo deste ponto, procuraremos identificar possíveis associações entre as variáveis do estudo. Ou seja, torna-se relevante perceber se existe, ou não, dependência entre as variáveis em estudo que fazem parte integrante da principal ferramenta de recolha de dados (questionário). Contudo, tratando-se de um relatório de estágio, os resultados apresentados devem assumir uma natureza complementar, identificando a importância que os utilizadores atribuem à informação proporcionada pela contabilidade.

Na opinião de Lopes (2013), a divulgação de informação para os diversos *stakeholders* surge associada à utilidade que os mesmos lhe atribuem, sendo vários os problemas de agência que se colocam na gestão dessa informação. Esta asserção vem corroborar a pertinência de, neste estudo, identificarmos o valor acrescentado que resulta para os utilizadores, a partir da informação produzida e disponibilizada pelo gabinete de contabilidade aos seus clientes.

Para efeitos de medir a intensidade da associação entre as variáveis, utilizaremos uma das estatísticas mais comuns neste tipo de estudo que é o teste do qui-quadrado. Estamos, contudo, conscientes que poderíamos ter utilizado outras medidas, como sejam o *V* de *Cramer*, o coeficiente *Phi* ou mesmo tabelas de contingência (Marôco, 2011). A nossa opção recaiu sobre o teste do Qui-quadrado embora todos os restantes indicadores apresentassem resultados convergentes.

De seguida, apresenta-se a tabela 9, na qual se expõem as associações que se revelaram estatisticamente significativas para um nível de significância de 1%, 5% ou 10%.

Tabela 9 - Teste de associações entre duas variáveis

Variable X _n	Variable X _p	χ^2	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Cramer's V	
ACT_EMP	GCONC_SAT NECES	35,378	9	0,000	0,000	*
	GCONC_INF CONTR C/PRAZO	25,039	9	0,003	0,003	*
	DEC_FINANC OU CAPIT	30,000	3	0,000	0,000	*
	GIMP_DR_TOM DEC	18,034	9	0,035	0,035	**
	GCONC_CUMP_ REQ.LEGAIS	18,753	9	0,027	0,027	**
	GIMP_BALAN_ TOM DEC	15,253	9	0,084	0,084	***
ANO_CONST	DEC_FINANC OU CAPIT	14,483	4	0,006	0,006	*
	GIMP_ANEXO. TOM DEC	27,814	16	0,033	0,033	**
	GCONC_SAT NECES	26,600	12	0,023	0,023	**
	GIMP_INF.CONT_ CONTROLO	14,838	8	0,062	0,062	***
EMP_FAM/ÑFAM	GCONC_SAT NECES	30,000	3	0,000	0,000	*
	DEC_FINANC OU CAPIT	14,483	1	0,000	0,000	*
	GCONC_INF CONTR C/PRAZO	7,354	3	0,061	0,061	***

*Estatisticamente significativa para um nível de significância de 1%

** Estatisticamente significativa para um nível de significância de 5%

*** Estatisticamente significativa para um nível de significância de 10%

Fonte: Programa SPSS

Tal como evidenciado na tabela, podemos referir que existe uma forte associação estatisticamente significativa, para um nível de significância de 1%, nas seguintes situações:

- Atividade principal da empresa (*ACT_EMP*) e o grau de concordância da informação proveniente da contabilidade financeira que é produzida mais com o intuito de satisfazer as necessidades dos credores do que satisfazer as necessidades internas da empresa (*GCONC_SATNECES*);
- Atividade da empresa (*ACT_EMP*) e o grau de concordância da informação proveniente da contabilidade financeira que permite apenas um controlo de muito curto prazo (*GCONC_INF.CONTR.C/PRAZO*);
- Atividade principal da empresa (*ACT_EMP*) e a decisão de solicitar novos financiamentos ou considerar a entrada de novos capitais, com base nas demonstrações financeiras (*DEC_FINANC.OU.CAPIT*);
- Ano de constituição da empresa (*ANO_CONST*) e a decisão de solicitar novos financiamentos às instituições financeiras ou considerar a entrada de novos capitais, com base nas demonstrações financeiras (*DEC_FINANC.OU.CAPIT*);
- Empresa do tipo familiar ou não familiar (*EMP_FAM/ÑFAM*) e o grau de concordância sobre a informação proveniente da contabilidade financeira, que é produzida mais com o intuito de satisfazer as necessidades dos credores do que satisfazer as necessidades internas da empresa (*GCONC_SATNECES*);
- Empresa é do tipo familiar ou não familiar (*EMP_FAM/ÑFAM*) e a decisão de solicitar novos financiamentos às instituições financeiras ou considerar a entrada de novos capitais, com base nas demonstrações financeiras (*DEC_FINANC.OU.CAPIT*).

Por outro lado, também é fundamental mencionar que foram elaborados quatro testes de associação, onde apresentaram um nível de significância de 5%, isto é, significa que existe uma associação positiva entre variáveis. As variáveis que obtiveram esse resultado foram:

- O ano da constituição da empresa (*ANO_CONST*) e o grau de importância do anexo no âmbito da tomada de decisão (*GIMP_ANEXO.TOM.DEC*);
- O ano da constituição da empresa (*ANO_CONST*) e o grau de concordância sobre a informação proveniente da contabilidade financeira que é produzida mais com o intuito de satisfazer as necessidades dos credores do que satisfazer as necessidades internas da empresa (*GCONC_SATNECES*);

- Variáveis sobre a atividade principal da empresa (*ACT_EMP*) e o grau de importância da demonstração de resultados no âmbito da tomada de decisão (*GIMP_DR_TOM.DEC*);
- Variáveis sobre a atividade principal da empresa (*ACT_EMP*) e o grau de concordância sobre a informação proveniente da contabilidade que é produzida, sobretudo para cumprir os requisitos legais (*GCONC_CUMP_REQ.LEGAIS*).

Por último e não menos importante, encontraram-se três testes de associação positivas e estatisticamente significativas entre variáveis para um nível de significância de 10%, sendo que as variáveis são as seguintes:

- Ano da constituição da empresa (*ANO_CONST*) e o grau de importância atribuído à informação retirada da contabilidade financeira em relação ao controlo (*GIMP_INF.CONT.CONTROLO*);
- Atividade principal da empresa (*ACT_EMP*) e o grau de importância atribuído ao balanço na tomada de decisão (*GIMP_BALAN_TOM.DEC*);
- Empresas do tipo familiar ou não familiar (*EMP_FAM/ÑFAM*) e o grau de concordância sobre a informação proveniente que permite apenas um controlo muito curto prazo (*GCONC_INF CONTR C/PRAZO*).

CONCLUSÃO

O estágio curricular é uma oportunidade que permite verificar a importância e a complexidade das diversas funções e processos realizados pelos Técnicos Oficiais de Contas (TOC). São nesses profissionais que incide toda a responsabilidade de preparar toda a informação sobre as atividades e as distintas transações económicas efetuadas pela empresa que são tratadas e codificadas na linguagem contabilística consoante as normas estipuladas.

Os processos relacionados com a organização dos documentos contabilísticos, as práticas de controlo interno, a contribuição e apuramentos dos diferentes impostos, o encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras, entre outros documentos, têm como objetivo a criação de uma base contabilística cuja utilidade consiste na prestação de informação sobre a posição financeira, o desempenho e a evolução económico-financeira da empresa, de modo a satisfazer as necessidades dos utilizadores da informação.

Em relação ao tema desenvolvido, este tem incidência sobre a importância da informação contabilística e dos indicadores económico-financeiros no processo de tomada de decisão. Pode-se verificar a enorme importância que estes têm exercido nas empresas, no sentido em que, todos os utilizadores têm a necessidade de conhecer todos os aspetos sobre a atividade económica e financeira da empresa, de modo a que as informações possam auxiliar a gestão da organização a tomarem as suas decisões em diversas situações. No entanto, apesar da grave crise financeira atual, os órgãos de gestão são da opinião que é necessário utilizar os indicadores económico-financeiros com a finalidade de determinar as competências, as capacidades e as potencialidades das suas empresas.

Pela análise dos questionários concluiu-se que os clientes da Artigo Sexto, Lda. consideram que a informação retirada da contabilidade financeira é significativamente importante no âmbito do controlo, medidas corretivas e na medição da eficácia e eficiência, sendo que a análise e o apoio à decisão têm mais importância. Isto porque, os administradores/gerentes preferem obter informações contabilísticas úteis que ilustrem todos os aspetos económico-financeiros para que sejam devidamente analisados e, tomarem as decisões mais adequadas.

Relativamente às demonstrações financeiras, os inquiridos consideram que o Balanço e a Demonstração dos Resultados são as mais importantes para auxiliar na tomada de decisão. As restantes demonstrações financeiras, como não são elaboradas no gabinete de contabilidade, fazem com que os inquiridos não tenham muito conhecimento acerca destas e, por isso mesmo, não considerem importante ter essas demonstrações financeiras como forma de auxílio no processo de tomada de decisão.

Por outro lado, os inquiridos selecionaram a Estrutura de Capital e Cobertura, Endividamento e Liquidez como sendo os tipos de indicadores económico-financeiros mais utilizados nas suas empresas e que auxiliam na tomada de decisão.

Com os testes de associação entre variáveis, também foi possível identificar algumas associações, estatisticamente significativas um nível de significância de 1%, 5% e 10%, nomeadamente entre a variável “*Atividade principal da empresa*” e as variáveis “*Decisão de solicitar novos financiamentos ou considerar a entrada de novos capitais, com base nas demonstrações financeiras*”; “*Grau de importância da demonstração de resultados no âmbito da tomada de decisão*” e “*Grau de importância atribuído ao balanço na tomada de decisão*”.

Alguns testes ilustraram a existência de alguma dependência da variável “*Ano de constituição da empresa*” e as variáveis “*Decisão de solicitar novos financiamentos às instituições financeiras ou considerar a entrada de novos capitais, com base nas demonstrações financeiras*” e “*Grau de importância do anexo no âmbito da tomada de decisão*”.

Contudo, também se deparou com os testes de associação relacionados com a variável “*Empresa do tipo familiar ou não familiar*”, onde se pode concluir que existe uma associação estatisticamente significativa para um nível de significância de 1% com as seguintes variáveis: “*Grau de concordância sobre a informação proveniente da contabilidade financeira, que é produzida mais com o intuito de satisfazer as necessidades dos credores do que satisfazer as necessidades internas da empresas*” e “*Decisão de solicitar novos financiamentos às instituições financeiras ou considerar a entrada de novos capitais, com base nas demonstrações financeiras*”.

As restantes variáveis que estão evidenciadas na tabela 9 (Capítulo 5) ilustra mais testes de associação estatisticamente significativas para o nível de 1%, 5% e 10%, estas também são importantes para o estudo, sendo que só foram referidas as mais relevantes neste ponto.

Por fim, é importante salientar que a principal limitação apresentada neste estudo foi a devolução dos questionários preenchidos, apesar de todos os clientes da Artigo Sexto, Lda. terem sido contactados, de forma a terem conhecimento do estudo em causa, e dos inquiridos aceitaram auxiliar no estudo estes não tinham muita disponibilidade para responder ao questionário. Assim, de forma a combater essa limitação, e com o auxílio dos sócios do Artigo Sexto, Lda. contactou-se novamente todos os clientes para que estes pudessem responder ao respetivo questionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, M & Ussman, A. (2006). “O valor da informação contabilística na óptica do produtor e do utilizador da informação – estudo empírico”. *Portuguese Journal of Accounting and Management* (2), pp. 119-139.

Alves, M. (2003). Relevância da Informação Contabilística – abordagem teórica e estudo contabilístico. [On-line]. Disponível em: http://www.ti.usc.es/lugo-xiii-hispano-lusas/pdf/05_CONTABILIDAD/12_gaspar.pdf (06 novembro 2012).

Alves, M. (2010). Information Needs and the Decision Process – Perceptions of Managers and Accountants. [On-line]. Disponível em: http://ieeexplore.ieee.org/xpl/login.jsp?tp=&arnumber=5609417&url=http%3A%2F%2Fieeexplore.ieee.org%2Fxppls%2Fabs_all.jsp%3Farnumber%3D5609417 (08 de janeiro de 2014).

Alves, M. (2013). “Utilidade da Informação Financeira na Tomada de Decisão: A Perceção de Gestores de PMES de Luanda e de Lisboa”. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 5(2), pp. 107-103.

Anjos, L; Miranda, L. & Silva, D. (2011). “Utilização de informações contábeis em cooperativas: são os contadores necessários?”. *Revista Ambiente Contábil da Faculdade de Natal*, 3(1), pp. 89-105.

Barros, V. (2005). “O Novo Velho Enfoque da Informação Contábil”. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 16(38), pp. 102-112.

Borba, J.; Martendal, T. & Mucia, F. (2006). “Analisando a utilização da contabilidade nas empresas familiares de pequeno porte de Santa Catarina: um estudo múltiplo de casos”. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 5(14), pp. 9-22.

Borges, A. & Ferrão, M. (1995). *A Contabilidade e a Prestação de Contas* (6ª ed). Lisboa: Rei dos Livros.

Borges, A.; Rodrigues, A. & Rodrigues, R. (2010). *Elementos da Contabilidade Geral* (25ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.

Borges, A.; Rodrigues, M. & Rodrigues, A. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: Áreas Editora.

Brealey, R.A.; Allen, F. & Myers, S.C. (2007). *Princípios de Finanças Empresariais*. Lisboa: McGraw-Hill.

Caiado A. & Madeira P. (2005). *O Encerramento de Contas na perspectiva contabilístico-fiscal*. Lisboa: Áreas Editora.

Cantoni, E. & Silvi, R. (2007). “Future Financial Distress and Ratios Informative Capability: Empirical Evidence from the Italian Food & Beverage Industry”. [On-line]. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1012651 (10 de março de 2013).

Carvalho, C. & Magalhães, G. (2002). *Análise Económico-Financeira de Empresas*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Cohen, E. (1996). *Análise Financeira*. Lisboa: Editorial Presença.

Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira*. (9ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros.

Encarnação, C. (2009). *Indicadores Económico-Financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal* (Projeto de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa: ISCTE). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1851> (08 de janeiro de 2014).

Ferrari, E. L. (2009). *Análise de balanços: análise de demonstrações financeiras*. (3. ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Fortin, Marie-Fabienne (1996). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.

Gitman, L. J. (2010). *Princípios de administração financeira*. (12. ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Grosu, V. (2009). “The Financial Economical Information - Source of Communicational Development and International Level”. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1324152 (10 de março de 2013).

- Hoji, M. (2010). *Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial*. (9. Ed). São Paulo: Atlas.
- Jordan, H.; Neves, J. & Rodrigues, J. (2011). *O Controlo de Gestão – Ao serviço da estratégia e dos gestores*. (9ªed.). Lisboa: Áreas Editora.
- Kumar, R., (2012). *Research Methodology: A Step-By-Step Guide for Beginners*. (3. ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Kurniawati, E.; Kurniawan, E. & Kristiani, M. (2013). “Accounting Information for Business Decision Making and Performance Assessment in Small and Medium Enterprises (SMEs)”. *The Journal of Social Science*, 76, pp. 67-95.
- Lima, A.F.A. & Lima, J. E. C. (2013). “Índices Económico-Financeiros como Instrumentos para Análise das Demonstrações Financeiras na tomada de decisão gerencial”. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologias*, 3(3), pp. 1-4.
- Lopes, F. (1981). *A contabilidade é fácil*. Lisboa: Livraria Petrony.
- Lopes, I. (2013). *Contabilidade Financeira – Preparação das Demonstrações Financeiras, Sua Divulgação e Análise*. Lisboa: Escolar Editora.
- Lousã, A.; Pereira, P. A. & Lambert, R. (1999). *Técnicas de Organização Empresarial – Bloco I*. Porto: Porto Editora.
- Major, M. J. & Vieira, R. (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão. Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística Com o SPSS Statistics*. (5. ed.), Pero Pinheiro: ReportNumber.
- McLeay, S. & Stevenson, M. (2006). “Modelling the Longitudinal Properties of Financial Ratios of European Firms”. Institute for International Integration Studies. Disponível em: <http://www.tcd.ie/iis/documents/discussion/pdfs/iisdp184.pdf> (10 de março de 2013).
- Medeiros, F.; Nora, L.; Boligon, J.; Denardin, E. & Murini, L. (2012). “Gestão Económica e Financeira: a Aplicação de Indicadores”. *IX Simpósio de Excelência em Gestão e*

Tecnologia, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos12/681653.pdf> (25 de setembro de 2013).

Medina, R. (2010). *Análise Económica e Financeira como Instrumento de Apoio ao Processo Decisório* (Complemento de Licenciatura. Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, Mindelo). Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1255/1/An%C3%A1lise%20Econ%C3%B3mica%20e%20Financeira%20como%20Instrumento%20de%20Apoio%20ao%20Processo%20Decis%C3%B3rio.pdf> (20 de dezembro de 2013).

Miranda, L.; Libonati, J.; Freire, D. & Saturnino, O. (2008). “Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários?”. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 19(1), pp.131-151.

Moreira, J. A. C. (2001), *Análise Financeira de Empresas – da Teoria à Prática*, (4.^a Ed.), Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto.

Moreira, R.; Encarnação, L. Bispo, O.; Angotti, M. & Colauto, R. (2013). “A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas”. *Revista Contemporânea em Contabilidade*, 10(19), pp. 119-140.

Nabais, C. (2009). *Prática Fiscal I* (2.^o ed.). Lisboa: Lidel – Edições Técnicas.

Nabais, C. e Nabais, F. (2004), *Prática Financeira – Análise Económica & Financeira*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas.

Neves, J. C. (2009). *Análise Financeira – Técnicas Fundamentais*. (2.^o ed.). Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada de Gestão*. (5.^a ed.) Alfragide: Texto Editora.

Oliveira A.; Muller, A; Nakamura, W. (2000). “A Utilização das Informações geradas pelo Sistema de Informação Contábil como Subsídio aos Processos Administrativos nas Pequenas Empresas”. *Revista FAE*, 3(3), pp. 1-12.

Passaia, C.; Silva, B. A.; Silva, E. M.; Demozzi, M. (2011). “Análise Económica com utilização de Índices”. *Revista Online de Ciências Sociais Aplicadas em Debates*, 1(1), pp. 26-45.

Pettersen, I. & Solstad, E. (2007). “The Role of Accounting Information in a Reforming Area: A Study of Higher Education Institutions”. *Financial Accountability & Management*, 23(2), pp. 133- 154.

Ponikvar, N.; Tajnikar, M. & Pusnik, K. (2009). “Performance Ratios for Managerial Decision-Making in a Growing Firm”. *Journal of Business Economics and Management*, 10(2), pp. 109-120.

Porton, R. & Longaray, A. (2006). “Relevância do uso das Informações Contábeis nos processos decisoriais”. *Revista ANGRAD*, 7(4), pp. 89-110.

Reis, C. (1993). *Planeamento Estratégico de Sistemas de Informação*. Lisboa: Editorial Presença.

Ribeiro, O. M. (2009). *Estrutura e análise de balanço fácil*. (8. ed.). São Paulo: Livraria Saraiva.

Rodrigues, J. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*. Porto: Porto Editora.

Russo (2009), *Balanced Scorecard para PME e Pequenas e Médias Instituições*. (5ª ed.). Lisboa: Lidel - Edições Técnicas, Lda.

Segurança Social. (2012). Cálculo das contribuições. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/calculo-das-contribuicoes1> (15 de julho de 2013).

Silva, D.; Miranda, L.; Freire, D. & Anjos, L. (2010). “Para que serve a Informação Contábil nas micro e pequenas empresas?”. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 1(13). pp. 89.106.

Silva, J. (2008). *Análise financeira das empresas*. (9. ed.). São Paulo: Atlas.

Legislação Consultada:

Código das Sociedades Comerciais.

Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas.

Código do Imposto de Valor Acrescentado.

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

Decreto-Lei n.º 373/2007, de 6 de novembro.

Decreto-Lei n.º 292/2009, de 13 de outubro.

Despacho n.º 796-B/2013, de 14 de janeiro.

Diretriz de Revisão/Auditoria 510 – Prova de Revisão/Auditoria.

Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro

Norma 2003/261/EC, de 6 de maio.

Norma Contabilística e de Relato Financeiro 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 – Demonstração dos fluxos de Caixa.

Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro.

Portaria n.º 64-A/2011, de 3 de fevereiro.

Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro.

Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.

Sistema de Normalização Contabilística - Estrutura Conceptual.

APÊNDICE

Questionário

No âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças (3.^a Edição) do Instituto Politécnico de Santarém, este questionário tem como objetivo desenvolver um estudo acerca da Importância da Informação Contabilística para as PME bem como saber quais são os indicadores económico-financeiros que auxiliam para a tomada de decisão, devendo ser preenchido pelo gerente/administrador.

Caso necessite de algum esclarecimento adicional utilize o seguinte e-mail: catiagrilo_14@hotmail.com.

As respostas devem ser devolvidas para o e-mail referido.

Para responder ao inquérito basta selecionar com uma cruz no quadrado pretendido ou escrever os elementos solicitados no campo respectivo.

Os dados recolhidos são confidenciais, serão tratados estatisticamente e utilizados no desenvolvimento de um estudo de Investigação.

O questionário é totalmente confidencial. Nesse sentido, em parte alguma é solicitada a identificação da empresa ou do respondente.

O tempo de referência para resposta ao inquérito é de 15 minutos.

Desde já agradeço a sua atenção e disponibilidade e relembro a importância da sua colaboração na concretização deste trabalho.

I – Caracterização da empresa

1. Indique o ano da constituição da empresa:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Inferior a 1979
- Entre 1980 até 1989
- Entre 1990 até 1999
- Entre 2000 até 2010
- Superior a 2011

2. Indique qual a atividade principal da empresa:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Agricultura e Pescas
- Comércio
- Indústria e Construção
- Serviços
- Outra: _____

3. Classifique a sua empresa:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sociedade Unipessoal por Quotas
- Sociedade por Quotas
- Sociedade Anónima
- Outra: _____

4. A empresa é do tipo familiar?

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sim
- Não

5. Indique o número total de sócios da empresa?

(Assinale com um "x" a sua resposta)

- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

6. Qual é o número de trabalhadores da sua empresa?

(Assinale com um "x" a sua resposta)

- Inferior a 5 trabalhadores
- Entre 6 a 25 trabalhadores
- Entre 26 a 50 trabalhadores
- Mais de 51 trabalhadores

7. Indique que Normativo Contabilístico aplica na sua empresa:

(Assinale com um "x" a sua resposta)

- SNC - Sistema de Normalização Contabilística
- NCRF-PE - Norma Contabilística Relato Financeiro Pequenas Entidades
- NCM - Normalização Contabilística para Microentidades
- Outro. Especifique: _____

II - Utilização da informação contabilística nas PME

8. A execução da contabilidade da sua empresa é efetuado:

(Assinale com um "x" a sua resposta)

- Internamente
- Externamente

14. Refira o grau de concordância, para cada uma das expressões seguintes, no âmbito da utilidade da informação financeira e não financeira:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

	Não Sabe/Não responde /Não aplicável	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo	3 – Não discordo nem concordo	4 - Concorde	5 – Concorde totalmente
14.1 – As informações financeiras e não financeiras originam frequentemente dados contraditórios.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.2 – A informação proveniente da contabilidade financeira é produzida mais com o intuito de satisfazer as necessidades dos credores (externos) do que satisfazer as necessidades internas da empresa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.3 – A informação proveniente da contabilidade financeira permite apenas um controlo de muito curto prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.4 – A informação proveniente da contabilidade financeira é produzida sobretudo para cumprir os requisitos legais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Antes de decidir realizar um investimento tem por base numa avaliação prévia a informação contabilística?

(Assinale com um “x” a sua resposta)

Sim

Não

16. A decisão de solicitar novos financiamentos às instituições financeiras ou considerar entrada de novos capitais são baseados numa avaliação prévia das demonstrações financeiras?

(Assinale uma única opção com um “x”. Se responder “Não”, passe para a questão 18)

- Sim
 Não

17. Em caso afirmativo, quais as demonstrações financeiras?

(Assinale com um “x” a sua resposta)

17.1 – Balanço	<input type="checkbox"/>
17.2 – Demonstração dos resultados	<input type="checkbox"/>
17.3 – Demonstrações dos fluxos de caixa	<input type="checkbox"/>
17.4 – Demonstrações das alterações no capital próprio.	<input type="checkbox"/>
17.5 – Outro(s): _____	

III - Indicadores económico-financeiros para o auxílio da tomada de decisão nas PME

18. Utiliza indicadores económico-financeiros para efetuar a análise interna da empresa?

(Assinale uma única opção com um “x”. Se responder “Não”, passe para a questão 21)

- Sim
 Não

19. Que tipologia de indicadores?

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Rendibilidade
 Estrutura de capital e de cobertura
 Endividamento
 Liquidez
 Produtividade
 Outros: _____

20. Do grupo de indicadores económico-financeiros indique a periodicidade com que são calculados:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

Indicadores financeiros

	Não Sabe/Não responde /Não aplicável	1 – Nunca utilizado	2 – Raramente utilizado	3 – Às vezes utilizado	4 – Frequentemente utilizado	5 – Sempre utilizado
20.1 – Autofinanciamento e/ou fluxos de caixa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.2 - Dependência financeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.3 - Fundo maneio e necessidades de fundo maneio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.4 - Grau de endividamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.5 - Liquidez	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.6 - Prazo médio de pagamentos/recebimentos e/ou duração média das existências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.7 - Solvabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.8 – Outro(s): _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Dos indicadores financeiros, quais são os indicadores com maior relevância? _____

Indicadores económicos

	Não Sabe/Não responde /Não aplicável	1 – Nunca utilizado	2 – Raramente utilizado	3 – Às vezes utilizado	4 – Frequentemente utilizado	5 – Sempre utilizado
20.9 – EVA (Valor Económico Acrescentado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.10 – Grau económico de alavanca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.11 – Margem de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.12 – Ponto morto económico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.13 - Produtividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.14 – Rendibilidade do Ativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.15 – Rendibilidade dos capitais próprios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.16 – Rendibilidade de exploração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.17 – Rendibilidade das vendas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.18 – Outro(s): _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Dos indicadores económicos, quais são os indicadores com maior relevância? _____

Outros indicadores

	Não Sabe/Não responde /Não aplicável	1 – Nunca utilizado	2 – Raramente utilizado	3 – Às vezes utilizado	4 – Frequentemente utilizado	5 – Sempre utilizado
20.19 – Evolução do volume de negócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.20 – Investimento em I&D	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.21 – Horas de formação / colaborador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.22 – Margem de lucro total	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.23 – Quota de mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.24 – Relação à atividade global	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.25 – Rotatividade do pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.26 – Outro(s): _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Dos outros indicadores, indique os indicadores com maior relevância? _____

IV – Caracterização do inquirido

21. Género:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Masculino
- Feminino

22. Idade:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- Mais de 55 anos

23. Habilitações literárias:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Ensino Primário
- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

24. Trabalha na empresa a:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Tempo inteiro
- Tempo parcial

25. Antiguidade na empresa:

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Menos de 1 ano
- Entre 1 a 5 anos
- Entre 6 a 10 anos
- Mais de 11 anos

Se pretende receber as conclusões deste estudo indique o seu endereço de e-mail.

Obrigado pela colaboração dispensada.